

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: abril de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Líder de camponeses é morto a tiros no Pará – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 02/04/2010	5
O vermelho de abril – Gaudêncio Torquato – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/04/2010.....	5
Os crimes anunciados do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 05/05/2010.....	7
Líder do MST em PE ameaça radicalizar – O Globo – O País – 06/04/2010.....	8
Preço do álcool sobe 19% na usina em SP – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/04/2010.....	9
MST dá início a ‘Abril Vermelho’ com três invasões e uma reocupação emPE – Estado de São Paulo – Nacional – 12/04/2010.....	10
Movimento já invade 5 áreas em Pernambuco – Folha de São Paulo – Brasil – 12/04/2010.....	10
MST usa invasões para provocar Dilma – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 12/04/2010	11
MST usa invasões para provocar Dilma – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo- Nrasil – 12/04/2010.....	12
Há outras ações anti-miséria, diz governo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/04/2010.....	13
País pobre vê "chantagem" financeira de rico no clima – Renate Krieger – Folha de São Paulo – Ciência – 12/04/2010.....	14
'Abril Vermelho' começa com 20 invasões do MST – Letícia Lins e Antunes Barbosa – O Globo – Nacional – 13/02/2010.....	15
Com a 'ajuda' de estrangeiros, preços das terras continuam em alta no país – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 14/04/2010	16
FHC não separa melancia de uma abóbora, diz MST – Folha de São Paulo – Brasil – 15/04/2010.....	17
MST invade 35 fazendas, sem resistência – Aduari Antunes Barbosa – O Globo – O País – 15/04/2010	17
CNA: Contra as invasões e pela paz no campo – CNA – 16/04/2010	18
Conflito agrário cresce no governo Lula – Estado de São Paulo – Capa- 16/04/2010... 19	19
Confrontos por terra tornaram-se mais frequentes no governo Lula – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010.....	19
Trabalho vai além de números isolados – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010	20
‘Abril vermelho’ atingiu marca de 42 invasões, diz balanço do MST – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010	21

UDR culpa Planalto pela 'impunidade no campo' – Lucas de Abreu Maia – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010	22
Um crime anunciado – Katia Abreu – O Globo – Opinião – 16/04/2010.....	23
CNA instala gabinete de crise para monitorar as invasões de terras do MST – CNA – 19/04/2010.....	24
MST ocupa sede nacional do Incra em Brasília - O Globo – Nacional – 20/04/2010 ..	24
Enigma Agrário – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/04/2010	25
MST reforça ofensiva e faz ações em 19 Estados – Estado de São Paulo – Nacional – 20/04/2010.....	26
MST invade sedes do Incra em 6 Estados e DF – Folha de São Paulo – Brasil – 20/04/2010.....	28
Líderes do MST negociam com autoridades federais em Brasília – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/04/2010.....	28
Dilma diz que não usaria boné do MST – O Globo – Capa – 21/04/2010.....	29
Dilma: Não é cabível vestir o boné do MST – Maria Lima - O Globo – Nacional – 21/04/2010.....	29
MST invade fazenda e corta eucaliptos na BA – Eliane Lima - Estado de São Paulo – Nacional – 22/04/2010	30
Estatual da China quer produzir soja no País – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia – 22/04/2010.....	31
CNA terá apoio de ONG na campanha contra invasões de terras – Sítio Eletrônico da CNA – 23/04/2010	33
Sem-terra invadem fazenda de empresa na BA pela 3ª vez – Matheus Magenta - Folha de São Paulo – Brasil – 23/04/2010	33
MST mantém ocupações em prédios do Incra - O Globo – Nacional – 23/04/2010.....	34
Invasões do MST põem em risco 10% do VBP da agropecuária – CNA – 24/04/2010	35
Grupo de sem-terra incendia área na Bahia, afirma empresa – Folha de São Paulo – Brasil – 24/03/2010	36
CNA propõe "plano de combate às invasões" – Valor Econômico – Brasil – 26/04/2010	37
Governo já tem terras para assentar 50 mil famílias, mas ainda desapropria – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 27/04/2010	38
Marcha rumo hoje à sede do governo baiano – Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 27/04/2010	39
Ano eleitoral faz de SP 3º no ranking de invasões – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 27/04/2010	40
China negocia terras para soja e milho no Brasil – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 27/04/2010.....	41
Chineses querem mais terras no Brasil – Assis Moreira – Valor Econômico – 27/04/2010.....	43

‘Reforma esvaziou pauta do MST’ – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 28/04/2010.....	44
Prejuízo gerado pelas invasões do abril vermelho é estimado em R\$ 222 milhões – CNA – 29/04/2010.....	45
Audiência pública debate Crédito Fundiário e Banco da Terra – Contag - 30/04/2010	48
Em feira agrícola, Dilma e Serra atacam invasões – Tatiana Farah – O Globo – O País – 30/04/2010.....	48
Empresários do agronegócio pedem mais punição contra invasores de terra – O Globo – O País – 30/04/2010	49
Serra e Dilma atacam invasões de terra – Fabiana Batista – Valor Econômico – Brasil – 30/04/2010.....	50

Líder de camponeses é morto a tiros no Pará – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 02/04/2010

Para o advogado de federação de trabalhadores rurais, grileiros são os principais suspeitos do crime

Um dos principais líderes da Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) no Pará foi assassinado com cinco tiros na cabeça anteontem, em Redenção (PA).

Pedro Alcântara, 55, era coordenador da federação no sul do Estado e vinha sendo ameaçado de morte havia pelo menos cinco anos. Ex-vereador, ele militava em grupos de defesa dos direitos de sem-terra desde a década de 1980. A morte será investigada pela Deca (Delegacia de Conflitos Agrários), que deve contar com reforço de uma equipe de Belém (PA). Para os policiais, é quase certo que o líder foi vítima de pistoleiros contratados por fazendeiros descontentes com o seu trabalho. De acordo com o advogado da Fetraf, Marden Novaes, invasões organizadas por Alcântara podem ter motivado o crime. Uma delas ocorreu na fazenda Cristalino, da Agropecuária Santa Bárbara Xinguará, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas e maior proprietária de terras na região sul e sudeste do Pará. Para o advogado, dificilmente a empresa de Dantas tem relação com o crime. A maior suspeita, afirmou, recai sobre 34 grileiros, que ocupam a área. A reportagem entrou em contato com a empresa, mas, até a conclusão desta edição, ela não havia se pronunciado.

O vermelho de abril – Gaudêncio Torquato – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/04/2010

Abril será tão vermelho quanto promete o Movimento dos Sem-Terra (MST)? A promessa está no ar: ameta é superar as 29 invasões de terra ocorridas no ano passado. O que está por trás dessa recorrente agenda do caos, quando se sabe que o MST ajusta as ações às estratégias eleitorais de Lula? Foi assim em 2002 e em 2006, quando o MST, detectando reais condições de vitória de seu candidato, praticamente ficou inerte. Já em anos seguintes ao pleito – 2004, com 103 invasões, e 2007, com 74 – o movimento procurou recompor as bandeiras encarnadas pelo território, a sinalizar a adoção do modelo “sanfona”, vaivém, e passando a ser visto como organização de interesses calibrados por patronos e circunstâncias. O que causou o problema do MST, que será um estorvo à campanha da candidata Dilma Rousseff, caso efetivamente venha a cumprir a ameaça de perturbar a segunda quinzena de abril com as previsíveis cenas de ocupação de propriedades destruição de equipamentos e plantações?

É pouco crível o argumento de que os líderes pretendem sinalizar descontentamento com os rumos da reforma agrária na atual administração, quando se sabe que a estreita interlocução com autoridades permite concluir que os passos tomados por ambos os lados são devidamente combinados. Aliás, o ajuste se faz necessário até para evitar interrupção do fluxo de recursos que ingressam no movimento por vias transversas.

Tampouco parece lógica a idéia de que o recrudescimento do programa de invasões sinalizaria reação à criminalização dos movimentos sociais, cujo aniquilamento estaria sendo planejado por uma “direita que se rearticula”, segundo o comandante do MST, João Pedro Stédile.

Até onde avista alcança, avirada de avesso no campo causará efeito contrário ao que se pretende. Conseguirá apenas expandir a repulsa social e a pressão para conter o ímpeto dos invasores.

Descartando-se mais essa hipótese para o anunciado surto em essetista, sobra o viés eleitoral, cujo recado pode ser: “Ou vocês, candidatos, fazem reforma agrária que queremos ou vamos botar pra quebrar.” Se for essa a intenção, o ônus recairá sobre Dilma Rousseff.

É oportuno lembrar que a tentativa de estabelecer conexão entre a candidatura de Lula e a parcela que defende a “revolução socialista” é de todo indesejável nesse momento. Vamos às razões. Como se sabe, Luiz Inácio substituiu o manto programático pelo figurino pragmático. Basta expor a radiografia do governo. A linguagem cifrada da velha esquerda, com seus surrados refrãos, é usada por ele com parcimônia. Os eixos econômicos da administração são firmemente pregados à roda do neoliberalismo, mesmo se concedendo considerável espaço – bem maior no pós-crise – ao papel do Estado nos rumos da economia. Fosse confinado ao dogmatismo da velha cartilha, Lula não lideraria ações confrontadas por movimentos sociais, como a questão dos transgênicos, a transposição do São Francisco, a construção de hidrelétricas, a produção de biocombustível, entre outros programas. Até os PACs (1 e 2), com seu decantado aglomerado de obras, deixam boquiabertos grupos ambientalistas. Emblema dessa disposição é o caso que Lula gosta de realçar: a “perereca” que quase barrou a construção de um túnel.

Luiz Inácio tem sabido jogar com os contrários. Para arrefecer a bateria crítica, não deixa por menos. Promove amplos saios de cooptação. Primeiro, incentiva a abertura de locução dos movimentos sociais. Que se sentem motivados a falar mal de certos projetos. Segundo, abre dutos para irrigação de ONGs com uma batelada de recursos.

Terceiro, promove articulação junto a núcleos representativos da sociedade, engajando-os em mecanismos governamentais (Câmaras, grupos de trabalho, comitês, etc.). A seguir, Lula vai ao seu encontro, prestigiando eventos, falando a linguagem que as entidades desejam ouvir, repetindo mantras e colorindo palanques com liturgias dos bo-nés. A regra é: morder e assoprar. Dessa forma, agrada a gregos e troianos. Não por acaso, o grevismo na área federal passa férias sob o manto de um vulcão extinto. Uma ou outra greve atravessa ligeirinha os horizontes da administração, sem abalar os alicerces lulistas.

Para os adversários, contudo, os canhões grevistas são intensamente usados. Veja essa greve de professores em São Paulo, com claras intenções de bagunçar a despedida de José Serra do governo. Já as centrais sindicais gozam de permanente festa. Locupletadas de recursos – provenientes de contribuições do sistema confederativo –, as gigantes estruturas deixam as ruas para permanecer nos gabinetes.

É interessante ver um palco repleto de atores malemolentes? Não. Daí a necessidade de povoar os espaços cênicos com perfis exóticos, gente espalhafatosa, contendores desabridos e até fomentadores de ruptura de convenções. Inserem-se, aqui, os grupos que agem para demolir as bases da lei e da ordem, a partir do MST. Essa organização tem sido contumaz desafiante do sistema normativo. Seu al vo é o agronegócio, que responde por um terço dos empregos do País e por um superávit de US\$ 23 bilhões

da balança comercial. O curto-circuito da ilegalidade provoca incêndio. E prejuízo demonta.

O governo lava as mãos, sinalizando que outra esfera, a Justiça, é quem pode entrar em ação.

Preserva-se. Mas continua a receber apoio do movimento. Agora, o governo se encontra diante de uma sinuca de bico. O MST garante que vai abandonar o esconderijo em que se abriga em anos eleitorais. Promete mais uma algazarra no campo na segunda quinzena de abril, descosturando acordo tácito feito há tempos. A vermelhidão deste abril é a proposta cromática mais adequada para José Serra melhorar a plumagem azul e amarela de seu tucano.

Os crimes anunciados do MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 05/05/2010

“Vamos romper cercas, ocupar propriedades e montar acampamentos na área rural, fazer caminhadas e ocupar prédios públicos na área urbana.” Foi esse o singelo anúncio que o líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) nordestino, Jaime Amorim, fez do “Abril Vermelho”, que pretende “radicalizado”, e que os militantes pernambucanos estrearão dia 17.

A estranheza se deve apenas ao fato de o MST ter mudado sua política de “hibernação” eleitoral, ou seja, a contenção de suas atividades agressivas e criminosas no período eleitoral, para que estas não prejudiquem seus aliados e patrocinadores no Poder.

Essa contenção se deu em 2002 e em 2006 – na eleição e na reeleição do presidente Lula, o governante que, indiscutivelmente, tem dado apoio decisivo à sobrevivência e desenvolvimento dessa organização ilegal que tem no esbulho possessório seu método de ação social principal.

Por que teria mudado a política do MST, a ponto de planejar ações e confrontos justamente no ano em que o presidente Lula faz o maior esforço para eleger como sua sucessora uma candidata, digamos, nada fácil?

Sabendo-se do notório repúdio que causam aos homens de bem do País as invasões, destruições de plantações, depredações de equipamentos, saques, matanças de animais, cárcere privado imposto a empregados de fazendas e outros atos de vandalismo praticados habitualmente por militantes do MST e assemelhados, não saberão estes de suas negativas repercussões eleitorais, especialmente para uma candidata que tem no currículo o registro de atos de violência, de motivação político ideológica?

Apesar de ser um “dissidente” do MST, José Rainha Junior afirmou que os acampamentos dos sem-terra no Pontal do Paranapanema serão transformados em “comitês próDilma”. Quer dizer, não há mais qualquer disfarce no engajamento político emessetista – o que, certamente, deve deixar arrepiados os marqueteiros da candidata presidencial petista.

A única explicação que se pode dar para essa mudança de tática eleitoralmente contraproducente – da hibernação para o retorno à agressão – será uma tentativa de reversão do esvaziamento do movimento, provocado, de um lado, pela debandada de militantes e, de outro, pela ação repressiva e punitiva dos Poderes Públicos, a que os sem-terra não estavam acostumados.

Para muitos, as lideranças do MST passaram a ter dificuldades em arregimentar militantes entre a população de baixa renda em razão do sucesso do Bolsa-Família. Seja

como for, qualquer melhoria no padrão de renda da população – e ela houve – seria um desestímulo à participação nas invasões de propriedades rurais, especialmente para pessoas das periferias das cidades que jamais tiveram experiência de trabalho no campo.

Quanto à cobrança dos Poderes Públicos, é o principal dirigente do MST, João Pedro Stédile, que se propõe a uma ampla mobilização contra o que chama de “criminalização” dos movimentos sociais. Aí ele inclui as denúncias do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades no repasse de verbas públicas para entidades ligadas aos sem-terra (no caso, suas cooperativas laranjas), a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST no Congresso, os pronunciamentos do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, contra as invasões de terras, as liminares de reintegração de posse concedidas pela Justiça nos Estados, seu cumprimento por parte das polícias militares estaduais e, como não poderia deixar de ser, a atuação da mídia (que, surpreendentemente, tem cobrado o respeito à lei).

Vê-se, pois, que os sem-terra têm razões que a razão eleitoral não entende. Se a ação principal do Movimento dos Sem-Terra, seus dissidentes e assemelhados é o esbulho, a invasão da propriedade, privada ou pública, têm eles motivos reais de preocupação, ao verificar que as 103 invasões que praticaram em 2004 minguaram para 74 em 2007 e para apenas 29 em 2009.

Se a situação é essa, é bem provável que os líderes do MST ouçam de seus travesseiros a sussurrada frase: “Danem-se as eleições.”

Líder do MST em PE ameaça radicalizar – O Globo – O País – 06/04/2010

Sem-terra planejam intensificar ocupações do chamado Abril Vermelho SÃO PAULO. O líder do Movimento dos Sem Terra (MST) em Pernambuco, Jaime Amorim, disse ontem que os semterra estão preparados para radicalizar nas mobilizações do chamado Abril Vermelho, que terão início no dia 17. O Abril Vermelho é um conjunto de ocupações e atos que o movimento costuma fazer todos os anos neste mês.

— Vamos romper cercas, ocupar propriedades, montar acampamentos na área rural, fazer caminhadas e ocupar prédios públicos nas áreas urbanas — ameaçou Amorim.

Somente na próxima semana o MST terá uma agenda definida sobre as ações que devem fazer parte do Abril Vermelho.

Em Pernambuco, a radicalização do MST será motivada pelo fato de o governo não ter realizado nenhuma desapropriação de terra ou assentamento de famílias no estado em 2009.

Além disso, 2010 é ano eleitoral e, segundo afirmou Amorim, no segundo semestre os órgãos governamentais “ficam inoperantes porque só se pensa na eleição”.

Outra razão fundamental, segundo Jaime Amorim, para a intensificação do Abril Vermelho deste ano é o fim do “efeito desmobilizador” provocado por benefícios sociais como o programa Bolsa Família, do governo federal.

— Não são R\$ 90 por mês que vão sustentar uma família sem um pedaço de terra para produzir. O Bolsa Família teve o efeito de retardar a ação dos trabalhadores, como uma represa que agora deve transbordar — disse.

Uma das principais metas do MST nas ações deste mês será a denúncia da criminalização dos movimentos sociais.

Segundo lideranças, esse é o principal problema enfrentado hoje pelos sem-terra

e por outros movimentos. O MST diz que há um movimento de rearticulação de “forças reacionárias da direita”, que querem impedir a ação dos movimentos sociais. E cita como exemplos a instalação da CPI do MST no Congresso Nacional, as denúncias do Tribunal de Contas União (TCU) sobre irregularidades no repasse de verbas públicas para entidades ligadas aos sem-terra, as declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, criticando as ocupações e, ainda, a ação das polícias militares nos estados.

Preço do álcool sobe 19% na usina em SP – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/04/2010

Cepea afirma que alta é pontual devido às chuvas e que colheita deve voltar ao normal; na capital paulista, litro avança 2,1% na bomba

Interrupção de moagem veio em momento de baixo estoque e distribuidoras pagaram mais pelo produto em escassez, diz pesquisadora

Quando tudo indicava para queda nos preços do álcool, devido ao início mais forte da colheita, o combustível registrou uma alta recorde nesta semana na porta das usinas paulistas.

O álcool hidratado -combustível que vai direto no tanque- passou a custar R\$ 0,9139, 18,72% mais em relação aos valores verificados na semana anterior, de acordo com pesquisa do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Esalq/USP). O anidro (misturado à gasolina) foi a R\$ 0,9353, com evolução de 5,67%. Os preços não contêm impostos. Foi uma semana com emoção, diz Mirian Bacchi, pesquisadora do Cepea e responsável pela divulgação de dois indicadores de preços da entidade: um semanal e outro diário. A boa notícia para o consumidor é que o indicador diário, que vinha com aumentos médios de 5% ao dia nos primeiros dias desta semana, já apontava queda na quinta-feira.

Bacchi diz que o aumento foi pontual e ocorreu devido ao excesso de chuva na lavoura, o que impediu a colheita. Nos últimos dias, as condições climáticas melhoraram e a safra está sendo retomada com ritmo maior. Essa interrupção de moagem veio em momento de baixos estoques, e as distribuidoras foram obrigadas a pagar mais pelo produto em escassez, segundo a pesquisadora. O cenário praticamente repete o de abril de 2009, quando os preços subiram 15% na semana terminada no dia 17. Na última semana do mês, no entanto, houve queda de 14%. A alta da semana não deverá ser incorporada totalmente pelos postos, diz Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Os preços vinham em queda, e a redução ocorrida nas usinas nas últimas semanas ainda não havia sido repassada para o consumidor. "O movimento foi de volatilidade de curtíssimo prazo." A queda no preço do indicador diário do Cepea já mostra que a oferta está voltando ao normal, após uma melhora nas condições climáticas e retorno da colheita, diz Padua. O diretor da Unica diz que o comportamento dos preços apontado pelo índice diário do Cepea, a partir de quinta, "mostra novo ajuste de mercado". A pesquisa da Folha indicou preço médio de R\$ 1,546 por litro na bomba nesta semana na capital paulista,

alta de 2,1% ante a semana anterior. Na ponta de baixo, alguns postos ainda cobram R\$ 1,299 por litro, Na de cima, R\$ 1,699. A redução da oferta de álcool na usina ocorreu quando o consumidor voltava ao combustível -com os preços elevados no início do ano, a gasolina havia ficado mais vantajosa. Na última quinzena de março, o consumo médio diário já somava 38 milhões de litros por dia, ante 28 milhões em fevereiro. O volume ainda está distante dos 50 milhões de litros dos meses de pico de 2009.

ANP

Na média do Brasil, abastecer com álcool ficou 1,83% mais barato nesta semana, segundo pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo). O preço médio ficou em R\$ 1,664. Utilizar combustível voltou a ser vantajoso no Estado do Rio de Janeiro. Além do Rio, optar pelo álcool, em termos de economicidade, é viável em outros oito Estados -Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins.

Colaborou CIRILO JUNIOR, da Sucursal do Rio

MST dá início a ‘Abril Vermelho’ com três invasões e uma reocupação em PE – Estado de São Paulo – Nacional – 12/04/2010

Em Pernambuco, cerca de 550 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) participaram de três ocupações e uma reocupação no interior do Estado, ontem. A ação marca o início a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, conhecida como “Abril Vermelho”, em memória dos 19 trabalhadores sem terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em 17 de abril 1996. De acordo com informações da Polícia Militar, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do próprio MST, não houve confronto durante as ações.

A primeira ocupação ocorreu no início da manhã, no município de Marial, na Mata Sul, com a invasão de duas propriedades pertencentes ao engenho São Salvador. Outras 300 famílias tomaram a fazenda Salgadinho, em Tacaratu, no sertão.

Em Caruaru, no Agreste, 130 famílias reocuparam o engenho Poço das Antas, ocupado pela primeira vez em 2000 e reintegrado pela Justiça aos proprietários da Usina Bulhões.

Movimento já invade 5 áreas em Pernambuco – Folha de São Paulo – Brasil – 12/04/2010

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) deu início ontem em Pernambuco à prometida série de ações previstas no país com a invasão de cinco engenhos e fazendas. De acordo com o movimento, 900 famílias participaram das investidas, que foram pacíficas. As invasões fazem parte do chamado "abril vermelho", promovido para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996. Na Zona da Mata de Pernambuco, dois engenhos foram alvos das ações de ontem. O

São Salvador, em Maraial (160 km de Recife) e o Poço de Anta, em Moreno (30 km de Recife).

Este último, que já havia sido invadido em 2000, pertence ao grupo da usina Bulhões, que possui cinco engenhos reivindicados pelo MST para desapropriação. No Sertão, as invasões aconteceram em três fazendas. A Salgadinho, em Tacaratu (452 km de Recife), Marreco, em Custódia (353 km de Recife) e Cedro 2, em Ipubi (686 km de Recife). Não houve confrontos, segundo a polícia. A **Folha** não conseguiu localizar os donos das áreas invadidas nem o Incra para saber se os locais são improdutivos. **(RENATA BAPTISTA)**

MST usa invasões para provocar Dilma – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 12/04/2010

Integrantes do movimento querem forçar nesta semana uma declaração da pré-candidata do PT sobre reforma agrária

Ex-ministra da Casa Civil gera desconfiança entre os sem-terra, que não apoiarão formalmente nenhum candidato no primeiro turno

A onda de invasões de terra que o MST promete desencadear nesta semana em todo o país tem um pano de fundo político: forçar uma declaração pública da petista, Dilma Rousseff, sobre o tema da reforma agrária. A ex-ministra da Casa Civil é vista com dúvidas entre os sem-terra já que, enquanto ministra, pouco se aproximou dos movimentos sociais ou apresentou ideias para a questão fundiária. Dirigentes do movimento costumam se referir a ela como uma "desconhecida".

Agora, no calor do "abril vermelho", a expectativa do MST é que a petista seja provocada pela imprensa a se posicionar sobre a série de invasões: defenderá as ações ou se aliará a PSDB, DEM e bancada ruralista para condená-las? Apresentará alguma proposta sobre o tema, como metas de assentamentos, ou se manterá neutra? Em contato com a direção petista, o MST avisou que não apoiará formalmente nenhum candidato no primeiro turno das eleições a presidente, assim como já ocorrera em 2006. Apesar disso, aguarda um posicionamento de Dilma sobre o tema para indicar os rumos de engajamento eleitoral de seus militantes, historicamente próximos a candidatos do PT.

A saia justa que se ensaia para Dilma lembra o caso vivido pelo presidente Lula, na época candidato, no início de 2002. Em março daquele ano, um dia após o MST ter invadido a fazenda dos filhos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em Buritis (MG), Lula se apressou em condenar a ação, sob o temor que a vinculação de sua imagem ao movimento o prejudicasse naquela campanha. A diferença é que Lula, na visão dos sem-terra, já tinha uma longa trajetória ligada à reforma agrária, tendo participado, por exemplo, do primeiro congresso nacional do movimento, em 1985. Enquanto Dilma, segundo palavras do principal porta-voz do movimento, João Pedro Stedile, é "ignorante" e "não entende nada" de projetos sobre a questão rural. Stedile diz que o MST fará campanha "contra Serra", mas o movimento, embora tenha

enviado representantes ao congresso do PT, que lançou Dilma como pré-candidata em 20 de fevereiro, não fará manifestação de apoio oficial a nenhum candidato no primeiro turno.

Pauta

A onda de invasões prometida pelos sem-terra para esta semana virá acompanhada de uma pauta de reivindicações que se repete há anos. Os principais pontos são promessas não cumpridas por Lula: atualização dos índices de produtividade usados pelo governo na avaliação de áreas passíveis de desapropriação, ampliação do orçamento para a reforma agrária e o assentamentos das famílias acampadas à beira de estradas no aguardo de um lote de terra. Neste ano, para minimizar críticas, uma estratégia do movimento será evitar invasões de prédios públicos e fazendas produtivas.

MST usa invasões para provocar Dilma – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo- Nrasil – 12/04/2010

Integrantes do movimento querem forçar nesta semana uma declaração da pré-candidata do PT sobre reforma agrária

Ex-ministra da Casa Civil gera desconfiança entre os sem-terra, que não apoiarão formalmente nenhum candidato no primeiro turno

A onda de invasões de terra que o MST promete desencadear nesta semana em todo o país tem um pano de fundo político: forçar uma declaração pública da petista Dilma Rousseff, sobre o tema da reforma agrária. A ex-ministra da Casa Civil é vista com dúvidas entre os sem-terra já que, enquanto ministra, pouco se aproximou dos movimentos sociais ou apresentou ideias para a questão fundiária. Dirigentes do movimento costumam se referir a ela como uma "desconhecida".

Agora, no calor do "abril vermelho", a expectativa do MST é que a petista seja provocada pela imprensa a se posicionar sobre a série de invasões: defenderá as ações ou se aliará a PSDB, DEM e bancada ruralista para condená-las? Apresentará alguma proposta sobre o tema, como metas de assentamentos, ou se manterá neutra? Em contato com a direção petista, o MST avisou que não apoiará formalmente nenhum candidato no primeiro turno das eleições a presidente, assim como já ocorrera em 2006. Apesar disso, aguarda um posicionamento de Dilma sobre o tema para indicar os rumos de engajamento eleitoral de seus militantes, historicamente próximos a candidatos do PT.

A saia justa que se ensaia para Dilma lembra o caso vivido pelo presidente Lula, na época candidato, no início de 2002. Em março daquele ano, um dia após o MST ter invadido a fazenda dos filhos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em Buritis (MG), Lula se apressou em condenar a ação, sob o temor que a vinculação de sua imagem ao movimento o prejudicasse naquela campanha. A diferença é que Lula, na visão dos sem-terra, já tinha uma longa trajetória ligada à reforma agrária, tendo participado, por exemplo, do primeiro congresso nacional do movimento, em 1985. Enquanto Dilma, segundo palavras do principal porta-voz do

movimento, João Pedro Stedile, é "ignorante" e "não entende nada" de projetos sobre a questão rural. Stedile diz que o MST fará campanha "contra Serra", mas o movimento, embora tenha enviado representantes ao congresso do PT, que lançou Dilma como pré-candidata em 20 de fevereiro, não fará manifestação de apoio oficial a nenhum candidato no primeiro turno.

Pauta

A onda de invasões prometida pelos sem-terra para esta semana virá acompanhada de uma pauta de reivindicações que se repete há anos. Os principais pontos são promessas não cumpridas por Lula: atualização dos índices de produtividade usados pelo governo na avaliação de áreas passíveis de desapropriação, ampliação do orçamento para a reforma agrária e o assentamentos das famílias acampadas à beira de estradas no aguardo de um lote de terra. Neste ano, para minimizar críticas, uma estratégia do movimento será evitar invasões de prédios públicos e fazendas produtivas.

Há outras ações anti-miséria, diz governo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/04/2010

Secretário responde a baixa frequência a cursos dizendo que há 155 projetos em várias pastas para gerar emprego e renda

Responsável por inclusão diz que o cumprimento das exigências para educação e saúde ajuda beneficiários a quebrar "círculo de pobreza"

O secretário de articulação para inclusão produtiva do Ministério de Desenvolvimento Social, Ronaldo Garcia, diz que a política do governo federal para erradicar a miséria não se resume à oferta de cursos para beneficiários do Bolsa Família. Segundo ele, há 155 ações distribuídas em diversos ministérios com o objetivo de gerar trabalho e renda. Ele cita como exemplos disso a reforma agrária, o programa Minha Casa, Minha Vida, a expansão de creches e, principalmente, a geração de empregos formais.

Garcia admite, no entanto, que para alguns beneficiários, a maior expectativa é com relação à capacidade de a próxima geração sair da pobreza. "É por isso que nos preocupamos tanto com o cumprimento das condicionalidades. As exigências de saúde e educação existem como parte do esforço para quebrar o círculo de perpetuação da pobreza."

Para o secretário, para melhorar as condições de vida da população com pobreza mais extrema, é necessário uma ação integrada dos governos. Por isso, ele afirma que o ministério tem estimulado a criação de Centros de Referência de Assistência Social, órgãos responsáveis pela articulação das políticas para beneficiários de programas sociais. "Tem pobres que vivem numa situação tão extrema, que não acreditam que o mundo pode mudar para eles. Esses precisam de um forte trabalho integrado."

EUA negam verba de curto prazo para quem rejeitou o Acordo de Copenhague

Primeiro encontro sobre o tema após fiasco de cúpula na Dinamarca termina com desconfiança e sem acordo em vista para fim deste ano

Era para ser um encontro de reconciliação. Mas a primeira rodada de negociações sobre o clima após a fracassada conferência de Copenhague terminou ontem em Bonn, Alemanha, com países desenvolvidos e em desenvolvimento se acusando mutuamente de "oportunistas" e "chantagistas". O pomo da discórdia, mais uma vez, é o controverso Acordo de Copenhague, o documento produzido na conferência de dezembro passado, acalentado pelos Estados Unidos e achincalhado por países pobres. Os Estados Unidos e outros países ricos, como a Dinamarca, negaram auxílio financeiro imediato até 2012 -o chamado "fast money"- a projetos ligados ao aquecimento global a nações que não assinaram o acordo, como a Bolívia e o Equador. A informação, divulgada pelo diário americano "The Washington Post" no fim-de-semana, elevou a tensão.

A Bolívia é um dos maiores opositores do acordo, resultado da conferência do clima da Dinamarca. O documento é uma declaração política que não recebeu o aval de todos os países da conferência e que não diz como quer limitar o aumento da temperatura global a 2C. Além disso, prevê que países proponham metas de redução de emissões poluentes de forma voluntária, ao contrário do atual Protocolo de Kyoto, que obriga países ricos a reduzirem suas emissões. Esse compromisso termina em 2012, e a ONU tenta negociar um novo acordo obrigatório. O embaixador boliviano junto à ONU, Pablo Solón, disse em entrevista à Folha que a tática "é quase uma chantagem". "Ajuda financeira é obrigação deles. Eles são os responsáveis [pelo aquecimento global]", disse o diplomata. Segundo Solón, também a Dinamarca teria cortado auxílio financeiro à Bolívia, ao dizer que vai distribuir ajuda em outras regiões. O Secretário-Executivo da Convenção, Yvo de Boer, afirmou à Folha que não acha que "assédio" seja "eficaz para convencer as pessoas". A questão agora, continuou, é se concentrar nos elementos do Acordo que podem ser usados para avançar nas negociações.

Segundo o último balanço da ONU, 113 dos 192 países da Convenção do Clima aderiram ao Acordo de Copenhague.

"Oportunistas"

Já os Estados Unidos veem o auxílio financeiro ao clima e o Acordo de Copenhague como pacote único. "Para os EUA, o "fast money" foi uma criação específica do Acordo de Copenhague. Os países que fazem parte do acordo podem esperar o financiamento. Se não fazem parte do acordo, não estamos interessados em priorizar esses pedidos", disse Jonathan Pershing, negociador norte-americano. "Não é um processo para oportunistas."

Martin Khor, diretor-executivo da organização não-governamental South Centre, acha que a medida contraria as regras da Convenção do Clima. "A convenção prevê auxílio para países em desenvolvimento que tomarem certas ações. Não é preciso assinar nenhum documento", disse.

A retomada das negociações em Bonn, sede da Convenção do Clima das Nações Unidas, foi noite adentro diante do desacordo sobre os próximos passos até a cúpula de Cancún, no México, onde os países em desenvolvimento esperam fechar um tratado legal para combater o aquecimento global. Muitos países pobres temem que o Acordo de Copenhague se torne a única base para as negociações daqui em diante, deixando de lado o caminho trilhado até agora pela convenção. Mas os países decidiram tomar como base todos os textos negociados até agora, incluindo talvez o acordo. Deve haver entre duas e três reuniões até o México, para tentar fechar um tratado em Cancún. De Boer descarta a possibilidade.

'Abril Vermelho' começa com 20 invasões do MST – Letícia Lins e Antunes Barbosa
– O Globo – Nacional – 13/02/2010

Na quinta-feira, Comissão Pastoral da Terra lança relatório 'Conflitos no Campo do Brasil'

RECIFE e SÃO PAULO. Quinze propriedades — entre engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de gado — foram invadidas por integrantes do MST nas últimas 48 horas em Pernambuco. Já são quarto a mais do que o total registrado em todo o Abril Vermelho do ano passado, quando ocorreram onze ocupações no estado, durante a chamada Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. A mobilização é tradicionalmente deflagrada este mês, como forma de assinalar a memória dos 19 lavradores que morreram em conflito com a Polícia Militar no Pará em abril de 1996, no chamado Massacre de Eldorado dos Carajás.

As ocupações mobilizaram 2.080 famílias. Ao todo, foram 15 ocupações em Pernambuco, três na Paraíba e duas em Alagoas. Nas 20 invasões, não houve conflito entre sem-terra e polícia. Durante esta semana, segundo a direção nacional do MST, novas ações serão deflagradas em vários estados, intensificando-se até sábado, Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Este ano, o lema da jornada é “Lutar não é crime”, em referência ao “processo orquestrado por vários setores conser vadores da sociedade” que, segundo os sem-terra, tentam “criminalizar” os movimentos sociais.

Na quinta-feira, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançará em São Paulo, em evento fora do “Abril Vermelho”, a 25ª edição do relatório “Conflitos no Campo do Brasil”, publicação anual que reúne dados sobre conflitos, violências sofridas e ações dos trabalhadores rurais em todo o país. O relatório será apresentado pelo presidente da CPT, dom Ladislau Biernaski, e pelo bispo Enemésio Lazzares.

— Quando essa publicação completa 25 anos, a CPT entende ser momento de refletir sobre esses dados e o que representam no cenário rural brasileiro. O fato de esse relatório ainda ser necessário para denúncia prova que o momento não é de comemoração.

Mostra, sim, os poucos avanços na defesa dos direitos humanos no Brasil e na realização da reforma agrária. Este será um momento de reflexão — disse dom Ladislau.

**Com a 'ajuda' de estrangeiros, preços das terras continuam em alta no país –
Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 14/04/2010**

O mercado brasileiro de terras agrícolas permanece aquecido. Levantamento da AgraFNP mostra que, no período de 12 meses encerrado no bimestre março-abril, a valorização média nominal nacional foi de 4,7% - ou de 3,9%, se descontada a inflação do período -, o que elevou a alta média nos últimos 36 meses para 34%, que em termos reais significou, segundo a consultoria, um ganho anualizado de 5,1%.

"A liquidez está mais forte nas fronteiras agrícolas do 'Mapito'", afirmou Jacqueline Bierhals, analista do mercado de terras da AgraFNP. O "Mapito" em questão envolve as regiões de cerrado dos Estados de Maranhão, Piauí e Tocantins, e por lá, conforme a especialista, o apetite dos investidores segue aberto.

Ainda que para a produção de grãos a conjuntura seja de margens mais apertadas por conta da continuada queda de preços nos últimos meses, o que "segura" um pouco as negociações de terras, há na região outros investimentos, como por exemplo para o plantio de eucalipto. "Como o eucalipto é pouco exigente, neste caso terras mais baratas também interessam", disse Jacqueline.

Outro segmento que já apresenta sinais de reaquecimento também neste mercado é o sucroalcooleiro, que acaba de viver outra onda de consolidações e sinaliza a retomada de investimentos agrícolas e industriais.

De acordo com Jacqueline, além dos aspectos conjunturais há mudanças estruturais já visíveis no mercado de terras. O "público comprador" espelha bem essas mudanças. Hoje, segundo ela, há muito menos negócios "picados" entre agricultores e mais negócios grandes, com participações de fundos de investimentos ou grandes empresas, com destaque para as multinacionais.

É um universo que envolve desde grupos conhecidos e presença tradicional no país, como Bunge e Louis Dreyfus, até tradings asiáticas que aparecem como novidades no mercado. "E isso deve continuar. No longo prazo, são positivas as perspectivas para o mercado", afirmou ela.

As questões ambientais continuam a influenciar o mercado de terras, como já explicou Jacqueline na divulgação do levantamento bimestral anterior, em fevereiro. Enquanto propriedades com reservas legais de acordo com a lei continuam valorizadas, fazendas em territórios ambientalmente complicados começam a perder valor. Conforme Jacqueline, isso já pode ser observado em áreas de pastagens do Pará, por exemplo.

FHC não separa melancia de uma abóbora, diz MST – Folha de São Paulo – Brasil – 15/04/2010

Principal porta-voz do MST, o economista João Pedro Stedile ironizou ontem o conhecimento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre questões rurais e disse que a vitória de José Serra nas eleições presidenciais seria o "pior dos mundos" para os sem-terra. "É claro que nós percebemos que a candidatura Serra seria a retomada do neoliberalismo no Brasil, seria a retomada das privatizações, seria a retomada do que foi o governo Fernando Henrique. Então, um governo Serra, para nós, seria o pior dos mundos", disse. O ataque a Serra ocorreu em entrevista após audiência numa comissão da Câmara. Aos deputados disse que FHC "nunca entendeu nada" de agricultura e de reforma agrária. "Ele não sabe diferenciar uma abóbora de uma melancia", afirmou.

MST invade 35 fazendas, sem resistência – Aauri Antunes Barbosa – O Globo – O País – 15/04/2010

No Congresso, Stédile diz que eleição de Serra será 'o pior dos mundos'; presidente da CNA pede ajuda à polícia

SÃO PAULO. Sem enfrentar qualquer resistência da polícia, apesar dos apelos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), até o fim da tarde de ontem o Movimento dos Sem Terra (MST) já havia invadido 35 fazendas em cinco estados, dentro do Abril Vermelho, como é conhecida a temporada de invasões organizada pelo movimento.

Só ontem foram quatro invasões, três em Pernambuco, estado com mais casos (19 ao todo) e uma em São Paulo.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da CNA, pediu ao ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal sejam usadas para ajudar a impedir as invasões e sugeriu ações da Força Nacional de Segurança para evitar que fazendeiros façam "bobagem" ao reagir às ocupações.

— São 13 anos de Abril Vermelho e 25 anos de MST. É tempo suficiente para criminalizar esse movimento, que já atingiu a maioria faz tempo — criticou a senadora.

O movimento também ocupou três escritórios regionais do Incra em São Paulo, no Paraná e em Mato Grosso. Enquanto o MST fazia as invasões, o líder do movimento, João Pedro Stédile, participava de audiência na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, onde criticou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e disse que a eleição de José Serra (PSDB) à Presidência "seria o pior dos mundos para o MST": — É claro que nós percebemos que a candidatura Serra seria a retomada do neoliberalismo no Brasil, a retomada das privatizações, a retomada do que foi o governo Fernando Henrique.

Então, um governo Serra, para nós, seria o pior dos mundos.

Acredito que em nossas bases ninguém vai votar no Serra — disse, com a ressalva de que, até o momento, os sem-terra não discutiram em quem votar.

Convidado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a fazer um

balanço sobre sua gestão na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes criticou o Abril Vermelho. Gilmar disse que o direito à propriedade deve ser respeitado: — Protestar sim, direito de manifestação sim, direito de reunião sim, mas sem violência.

Os direitos fundamentais todos, inclusive o de propriedade, devem ser respeitados.

A direção do MST vai concentrar as ações do Abril Vermelho no próximo sábado, para lembrar o aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás.

Será realizado o que o MST chama de dia nacional de lutas pela reforma agrária. Em resposta à senadora, o MST afirmou que as propostas da CNA “pretendem mais uma vez criminalizar as lutas sociais e impedir o avanço da reforma agrária”.

“A senadora não apresenta nenhuma proposta para resolver os problemas das quatro milhões de famílias pobres do campo e das 90 mil acampadas em todo o país. No entanto, suas medidas buscam proteger da lei agrária cerca de 15 mil fazendeiros”, afirma nota do MST.

Contra as ocupações, a CNA fará campanha na TV e designará advogados para auxiliar fazendeiros.

Segundo Kátia, o pedido ao ministro é o primeiro passo da campanha “Vamos Tirar o Brasil do Vermelho — Invasão é Crime”. O próximo passo será a coleta de um milhão de assinaturas contra as invasões.

CNA: Contra as invasões e pela paz no campo – CNA – 16/04/2010

Ao propor a criação de um Plano Nacional de Combate às Invasões, sob a coordenação do Ministério da Justiça, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apela às autoridades competentes pela formulação e implementação de medidas preventivas para conter os crimes e a violência que caracterizam as invasões do MST, de forma a garantir paz a quem vive e trabalha no campo.

A violência que o MST promove no campo nada tem a ver com o trabalho sério e pacífico dos verdadeiros movimentos sociais. Nesse sentido, os produtores rurais reiteram que não são contra a execução de uma proposta de reforma agrária apresentada de forma pacífica, nos limites da lei, com prazos e metas determinados.

Além de fornecer treinamento, cursos de capacitação tecnológica e serviços de saúde a muitas famílias que vivem nos assentamentos rurais, a CNA se orgulha de ter criado um Observatório das Desproteções Sociais no meio rural, para identificar carências e mostrar ao Poder Público a necessidade de oferecer condições para uma vida melhor àqueles que moram no interior do País.

Segundo dados do Banco Mundial, no meio rural estão os brasileiros mais pobres e desamparados. Dificilmente têm acesso a postos de saúde, vacinação para os filhos, escolas com avaliação do Ministério da Educação, atividades desportivas, programação de cultura ou lazer. Também não contam com a proteção preventiva da polícia.

Não é essa, contudo, a pauta dos líderes do MST. A exemplo dos demais setores do crime organizado, seguem desafiando as leis, a Justiça e as instâncias responsáveis pela segurança pública. Invasão é crime. Não pode ser aceita ou tolerada. Ao Ministério da Justiça, que tem por

missão promover a segurança pública, as garantias constitucionais e a cidadania, cumpre a responsabilidade institucional de evitar a continuidade das ações ilegais do MST, entidade comprometida com a intolerância e a violência.

O povo brasileiro, no campo e na cidade, merece paz para viver, trabalhar e produzir.

Brasília, 15 de abril de 2010

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

Conflito agrário cresce no governo Lula – Estado de São Paulo – Capa- 16/04/2010

Nos últimos 25 anos, o período com o maior número de conflitos agrários no País foi o do governo Lula. Segundo estudo divulgado ontem pela Comissão Pastoral da Terra, a média anual de conflitos registrados entre os anos de 2003, quando Lula assumiu, e 2009 chegou a 929. O recorde anterior havia sido observado nos primeiros seis anos do governo FHC, com a média de 800 conflitos por ano. “O período entre 2003 e 2009 é claramente o mais conflituoso desde o início da redemocratização do País, em 1985”, disse o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, pesquisador da Universidade Federal Fluminense e autor de estudo sobre o tema, com base em números da CPT. Para ele, o fenômeno tem a ver com o avanço da democracia, que “açulou o medo das oligarquias rurais”, mas também mostra aumento do uso da violência pelo Estado. Para ruralistas, as invasões recrudesceram por causa da impunidade.

Confrontos por terra tornaram-se mais frequentes no governo Lula – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010

Nos últimos 25 anos, o período com o maior número de conflitos agrários no País foi o do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com estudo divulgado ontem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a média anual de conflitos registrados entre 2003, quando Lula assumiu, e 2009 chegou a 929.

O recorde anterior havia sido observado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com uma média de 800 conflitos por ano. “O período entre 2003 e 2009 é claramente o de maior conflitividade desde o início da redemocratização do País, em 1985”, disse o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, pesquisador da Universidade Federal Fluminense e autor do estudo que aponta o grau de tensão no campo em diferentes fases da história recente do País.

Assessor do setor de documentação da CPT, Porto-Gonçalves lastreou seu trabalho em séries estatísticas produzidas pela instituição. Para fazer sua análise, ele dividiu a história recente do País em cinco períodos – de acordo com ciclos de ações dos movimentos sociais e da cidadania democrática. O primeiro, de 1985 a 1990, é o período imediatamente após a ditadura militar, quando a violência no campo atinge o maior volume de assassinatos já registrado na história recente.

Foram quase 130 mortes por ano naquela época, quando existia uma grande expectativa de mudança, em meio aos debates da Assembleia Constituinte.

No segundo período, de 1991 a 1995, a democracia se consolida e os movimentos de sem-terra ganham força. O terceiro período dura de 1996 a 2000. É quando, sob o

governo de Fernando Henrique Cardoso, os sem-terra se tornam mais ousados e promovem a maior onda de invasões de terras já registrada.

O quarto período envolve os dois últimos anos do mandato de Fernando Henrique, que, para conter a onda de invasões, baixou uma medida provisória que tornava indisponíveis para a reforma agrária as propriedades rurais invadidas pelos sem-terra.

O ato provocou um refluxo nas invasões e fez a média anual de conflitos cair de 800 para 536.

O último período é o que trata do governo Lula, quando a medida provisória do governo anterior é praticamente ignorada e as invasões aumentam – assim como as reações dos proprietários rurais e da máquina do Estado, especialmente o Judiciário. A média anual de famílias despejadas quase dobrou, passando de 11.781 nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique para 22 mil nos 7 anos do governo Lula.

Na avaliação de Porto-Gonçalves, esse aumento das tensões na zona agrária nos últimos sete anos tem uma correlação direta com o avanço da democracia.

Despejo. “A eleição de Lula, um operário ligado ao Partido dos Trabalhadores, significou a afirmação do processo de redemocratização, criou enormes expectativas de mudanças e, ao mesmo tempo, açulou o medo das oligarquias rurais, que passaram a reagir com maior intensidade e mais violência”, disse o pesquisador. “Mas não foi só a violência do poder privado que aumentou. No período recente houve um crescimento notável no número de famílias despejadas de áreas ocupadas, o que significa que a violência do poder público também aumentou.”

Os números da pesquisa foram apresentados em São Paulo, durante evento organizado para marcar os 25 anos de séries estatísticas da CPT sobre conflitos no campo. Na ocasião, o presidente da comissão, bispo Ladislau Biernaski, também divulgou o relatório de 2009 – indicando que a tensão aumentou em relação a 2008. O número de conflitos, envolvendo invasões, mortes, despejos e outros acontecimentos, subiu de 1.170 para 1.184.

O bispo anunciou ainda que a CPT vai apoiar em setembro a realização de plebiscito para saber se a população aprova ou não a ideia de impor um limite ao tamanho da propriedade rural no País.

CPT é ligada à estrutura da Igreja Católica

A Comissão Pastoral da Terra é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Também faz parte de organizações internacionais como a Pax Christi Internacional e a Right Livelihood Foundation. Defende a execução de uma ampla reforma agrária no Brasil. Nos anos 70 e 80 incentivou a formação do Movimento dos Sem-Terra (MST) e até hoje continua a apoiar as ações dessa organização.

Suas pesquisas sobre conflitos no campo são realizadas há 25 anos e servem de referência para estudos no Brasil e no exterior.

Sempre é presidida por um bispo, indicado pela CNBB. D. Ladislau Biernaski, atual presidente, dirige a Diocese de São José dos Pinhais, no Paraná.

Trabalho vai além de números isolados – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010

A partir de séries estatísticas isoladas é possível contra-argumentar que o quadro de conflitos agrários no governo Lula não é tão dramático quanto indica o estudo

baseado em números da CPT. Afinal, o número de invasões de terras vem diminuindo e o volume de assassinatos decorrentes dos conflitos caiu drasticamente. No ano passado foram registradas 25 mortes – número lastimável, mas muito inferior à média anual de 130 mortes que se verificou no início da redemocratização, entre 1985 e 1990.

O trabalho apresentado ontem, porém, vai além dos números isolados. Ele registra um crescente estado de mal-estar, decorrente de tensões acumuladas – que ganharam corpo com a ascensão de Lula ao poder. Especialmente nos primeiros anos do mandato. O Estado registrou mais de uma vez em 2003 e 2004 que o trabalho de arregimentação dos movimentos ligados à defesa da reforma agrária ganhou notável impulso na periferia das grandes cidades com a informação de que o presidente promoveria uma reforma agrária em larga escala. Era quase certo que quem acampasse ganharia o seu lote de terra e um pouco de dinheiro para se instalar.

Se, de um lado, as promessas inflamaram o entusiasmo dos sem-terra, do outro assustaram os proprietários rurais – que já haviam sido assombrados com uma impressionante onda de invasões na primeira fase do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

As promessas de reforma agrária não se concretizaram, mas, a partir dali, as tensões só aumentaram – como registra a pesquisa divulgada agora pela CPT. Um dos claros sinais disso foi o permanente embate no Congresso, onde só neste governo já foram instaladas três comissões para discutir a questão dos conflitos agrários. Uma delas ainda está em curso.

Outra informação relevante para se entender o que está acontecendo é que o Estado que, proporcionalmente à sua população, apresenta o maior índice de violência no campo é Mato Grosso. Em segundo lugar aparece Mato Grosso do Sul – segundo um levantamento conduzido também pelo pesquisador Carlos Walter Porto-Gonçalves, assessor de estudos da CPT e professor da Universidade Federal Fluminense.

Os dois Estados figuram na linha de frente do agronegócio brasileiro, em termos de avanços tecnológicos, produtividade, negócios como exterior. É por ali que se realizam hoje grandes negócios na área de produção de grãos, cana-de-açúcar e carne. Mas também é por ali que ganham corpo reivindicações de grupos indígenas, de sem-terra, quilombolas, que se dizem espremidos pelos grandes empresários rurais. Diante do número de famílias envolvidas nesses conflitos (cerca de 13 mil foram despejadas de áreas invadidas no ano passado), é difícil negar a existência de um impasse – que pode engrossar ou diminuir, a partir das medidas que foram adotadas pelo atual governo e do que lhe suceder, a partir do ano que vem.

‘Abril vermelho’ atingiu marca de 42 invasões, diz balanço do MST – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010

O número de ocupações registradas no “abril vermelho” chegou a 42, segundo balanço oficial do Movimento dos Sem-Terra (MST), divulgado ontem. Em nota, além das invasões de áreas não-produtivas, o movimento afirma que foram realizados protestos em prédios públicos e marchas em 16 Estados, em defesa do assentamento de 90 mil famílias acampadas, pela atualização dos índices de produtividade e por políticas públicas para as áreas de reforma agrária.

De acordo com o balanço do MST, o maior número de invasões ocorreu em Pernambuco.

Foram 19 até agora. O restante ocorreu em São Paulo (9), Paraíba (5), Sergipe (3), Ceará (2) e Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, com uma cada.

Ontem, foi um dos dias mais intensos desde o início das ações. Em Pernambuco, foram registradas duas ocupações lideradas por sem-terra, nas fazendas Arizona, em Sertânia, e Asa Branca, entre Agrestina e São Joaquim do Monte.

Em Promissão, no centro-oeste do Estado de São Paulo, cerca de 180 famílias sem-terra invadiram uma fazenda e um grupo de militantes ocupou uma agência do Banco do Brasil e a sede do Inca. Na mesma região, os sem-terra montaram um acampamento nas proximidades de uma usina de cana-de-açúcar no município de Sandovalina.

Objetivo. De acordo com o coordenador Valmir Rodrigues Chaves, o objetivo é chamar a atenção para a falta de estrutura nos assentamentos e a lentidão do governo em obter terras para assentar as famílias acampadas.

Somente no Pontal, cerca de 2.500 famílias estão em acampamentos. Hoje, o movimento deve realizar um ato em defesa da reforma agrária, no acampamento Roseli Nunes, em Campinas.

No Rio Grande do Sul, a invasão da Fazenda Bela Vista, em Sananduva, marcou o início do “abril vermelho” no Estado. Os sem-terra pedem desapropriação para assentamento de 1,2 mil famílias acampadas à beira de estradas e obras de infraestrutura nos acampamentos.

Também ontem, manifestantes sem-terra ocuparam seis prefeituras no interior de Alagoas. Além de mais terras para reforma agrária, de assistência técnica para aumentar a produção e melhorias na infraestrutura dos assentamentos, os sem-terra também colocaram na pauta de reivindicações as questões sociais. Eles cobraram dos prefeitos o aumento da oferta de vagas nas escolas e a instalação de postos de saúde dentro dos assentamentos.

UDR culpa Planalto pela ‘impunidade no campo’ – Lucas de Abreu Maia – Estado de São Paulo – Nacional – 16/04/2010

Presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), o agropecuarista Luiz Antonio Nabhan Garcia criticou ontem as ocupações feitas pelo MST. “Se existiu violência no campo, quem sofreu violência foi o proprietário, que teve sua terra invadida, saqueada”, reclamou.

Na opinião dele, as invasões aumentaram durante o governo Lula “por conta da política de impunidade que existe”. “A UDR criou o cerco jurídico. Se no governo Lula havia uma invasão, nós denunciávamos e cobrávamos uma ação. Isso aconteceu de um modo geral em todo o País”, comentou. “Toda ação gera uma reação. O proprietário tentou fazer sua fazenda mais produtiva, e se proteger com o cerco jurídico.”

Para o deputado Onyx Lorenzoni (DEM), vice-presidente da CPI mista que investiga repasses da união para entidades ligadas ao MST, o aumento do conflito no campo é causado pelos repasses de recursos do governo a entidades ligadas ao MST. “Com mais dinheiro, lógico que vão invadir mais”, afirmou.

Segundo Lorenzoni, “não há dúvidas de que o número de invasões aumentou e que toda ação gera uma reação”. E acrescentou: “Quem atribui o aumento nos conflitos aos proprietários precisa tirar os óculos da ideologia. É um desserviço a quem de fende a reforma agrária no País.”

Um crime anunciado – Katia Abreu – O Globo – Opinião – 16/04/2010

O direito à propriedade, pilar da democracia, está sendo minado por bandos armados que se declaram “integrantes do MST” e percorrem o país afrontando as leis e desafiando a justiça, como se fossem portadores do passaporte vermelho da impunidade.

Depois do “Carnaval Vermelho” de 2010, quando 70 fazendas tiveram suas entradas ocupadas no oeste de São Paulo, o MST volta a ensanguentar o campo com o “Abril Vermelho”, e mais de 20 propriedades já foram invadidas em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.

Imagine-se, caro leitor, cara leitora, no seu local de trabalho. Agora, ligue o rádio, a TV, ou abra o jornal, e fique sabendo que o local será invadido por um movimento revolucionário que decidiu socializar, dividir e distribuir entre seus membros a propriedade alheia.

O aviso é cristalino. Por se sentirem preteridos social e economicamente, os integrantes do movimento resolveram fazer “justiça com as próprias mãos”, pois não aceitam o direito de propriedade e consideram as instituições legais “abusos da burguesia” e “opressão do capitalismo”.

Prepare-se: eles vão inutilizar seu equipamento de trabalho, destruir seus arquivos e atear fogo em documentos e objetos que encontrarem pela frente.

O que deve fazer a pessoa ameaçada? A experiência dos produtores rurais indica que não adianta denunciar a conspiração acintosa e pública, pois os agressores insistem em qualificar como “direitos humanos” tais ações predatórias e ilegais. Aos proprietários restam os prejuízos e a incerteza. Embora ele possa reclamar na Justiça a “reintegração de posse” da propriedade, não há prazo para que isso ocorra.

Neste “Abril Vermelho” um dos chefes do MST prometeu que “cada invasão se transformará em comitê eleitoral” da campanha presidencial — evidente provocação que reclama a desautorização expressa de quem é citada como beneficiária.

As jornadas de terror dos bandos do MST nada têm a ver com a Reforma Agrária, que é usada apenas como pretexto para a busca da impunidade. O objetivo do movimento é reeditar 20 anos depois do fim formal do comunismo, com a extinção da antiga URSS, os 70 anos de regime soviético.

Mas o que me pergunto é por que os invasores não são contidos na sua violência anunciada? Foram mais de 3.600 invasões nos últimos anos.

Por que não temos ainda um plano nacional de combate às invasões? Um programa semelhante ao plano antipirataria, ao plano antidrogas ou ao plano de combate ao tráfico de pessoas. Ao menos sinalizaria que o governo não tolera, muito menos apoia ou estimula a metáfora sanguinolenta contra os produtores rurais. Ou ainda há dúvida de que invasão é crime? Será razoável impor aos produtores rurais o absurdo de tal violência anunciada? Não!

CNA instala gabinete de crise para monitorar as invasões de terras do MST – CNA – 19/04/2010

Brasília (19/04/2010) – A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) instalou um Gabinete de Crise vinculado ao Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo para monitorar invasões de terras promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que foram intensificadas este mês. Técnicos especializados e advogados estarão em contato direto com as Federações Estaduais de Agricultura e Pecuária, para obter informações sobre invasões ou outras ações criminosas promovidas pelo MST, sempre buscando defender o Direito de Propriedade, que é garantido pela Constituição Federal.

O Gabinete de Crise da CNA reunirá informações para mostrar os prejuízos que o MST está causando ao Brasil com as invasões de terras produtivas privadas e de prédios públicos. A ação faz parte da campanha “Vamos tirar o Brasil do Vermelho – Invasão é crime”, lançada na última terça-feira, 13 de abril, pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. Complementa o esforço da entidade na defesa dos direitos dos proprietários rurais e do cumprimento das leis do País.

Ainda esta semana será lançado um boletim diário com informações sobre número de invasões de propriedades rurais promovidas pelo MST, pedidos de reintegração de posse movidos pelos produtores, ações deferidas pela Justiça e as decisões judiciais efetivamente cumpridas. O novo boletim permitirá informar melhor a sociedade sobre as ações de violência e desrespeito promovidas pelo MST.

A senadora Kátia Abreu defende a criação do Plano Nacional de Combate às Invasões de Terras, alertando que o MST gera violência no campo há mais de duas décadas e permanece impune. “São 25 anos do MST e 13 anos de abril vermelho. O crime organizado está se instalando no campo sob o manto de um movimento social. Já alcançou a maioria. Agora pode e deve responder na justiça por seus atos”, criticou Kátia Abreu.

MST ocupa sede nacional do Incra em Brasília - O Globo – Nacional – 20/04/2010

SÃO PAULO. O Movimento dos Sem Terra

(MST) ocupou ontem a sede nacional do Incra em Brasília e nove superintendências estaduais, dentro do Abril Vermelho. As ocupações foram consideradas inaceitáveis pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, que ontem mesmo entrou com pedido de reintegração de posse na 15ª Vara da Justiça Federal em Brasília.

— As ocupações são inaceitáveis.

O governo sempre negociou com todas as partes.

Tanto que amanhã (hoje) tínhamos uma reunião agendada com o MST — disse Rolf.

O presidente do Incra suspendeu as negociações enquanto durarem as ocupações: — Com as ocupações, o trabalho para. O principal prejuízo, que é sentido nos assentamentos, são os atrasos no processo de descentralização de recursos para obras de infraestrutura nos estados, principalmente para estradas, energia e água.

À noite, o MST informou que se reunirá hoje com o governo federal para discutir a pauta de reivindicações, e que já havia desocupado os prédios do Incra.

Segundo balanço do MST, 68 fazendas foram invadidas.

No Rio, a ocupação da sede do Incra, na Avenida Presidente Vargas com Rua da Conceição, aconteceu sem incidentes. Hoje, ao meio-dia, haverá no local ato de apoio à reforma agrária.

Enigma Agrário – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto –
20/04/2010

Acontece mais um abril “vermelho”.

O roteiro dessa confusão anda bem conhecido pela sociedade. Incerto mesmo está o propósito atual das estripulias agrárias no campo. O que pretende, afinal, o Movimento dos Sem-Terra (MST)?

Resposta óbvia: a reforma agrária. Sabe-se que o famoso movimento surgiu, há 25 anos, na luta contra o latifúndio. Historicamente a distribuição de terras se preconizava como caminho para o moderno desenvolvimento latino-americano. O Estatuto da Terra chega em 1964. Reprimido pelo regime militar, pouco solucionou o problema.

Quando, em 1985, sucedendo o autoritarismo, se instala a chamada Nova República, enormes expectativas se criam no País, cheio de vontade para redimir seu injusto passado. Um milhão de assentamentos rurais, no prazo de quatro anos, acabou prometido ao povo. Agora vai, pensaram os reformistas da esquerda.

Fim do governo Sarney, apenas 82.260 famílias foram beneficiadas pela reforma agrária.

Uma frustração tomou conta da sociedade. Havia restrições legais. A nova Constituição, promulgada em 1988, exigia leis complementares que tardaram para regulamentar o processo de redistribuição fundiária.

Collor não ligou para o assunto.

Itamar tentou, mas pouco conseguiu avançar.

Fernando Henrique assumiu o governo, em 1995, com um enorme passivo agrário a enfrentar. Barracos de lona preta indicavam dezenas de acampamentos às margens das rodovias, na beirada de fazendas marcadas pela encrência. Cerca de 50 mil famílias, gente excluída da modernização agrícola, se acotovelavam na terra prometida. Reforma agrária já.

Nessa época, o MST começava a se firmar no cenário das lutas agrárias, rivalizando com a tradicional, e poderosa, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Dominada historicamente pelos comunistas, a Contag envelhecera seus métodos de atuação política, acusada de peleguismo. Surgiram assim, pelas mãos da moçada gaúcha do MST, as violentas invasões de terras. O bicho pegou.

Invasões de propriedades rurais ou ocupação de latifúndios, conforme dissimuladamente se denominava a arbitrariedade – chamava a atenção contra a lerdeza do processo de redistribuição fundiária, empurrando a agenda governamental para a frente. Por isso, recebia o apoio da sociedade. A mídia adorava.

Passaram-se 15 anos. E, surpresa, ao contrário do que pensa o senso comum, o Brasil realizou a maior reforma agrária do mundo. O último relatório do INCRA aponta a existência de 8.562 projetos implantados, com 906.878 famílias assentadas. Somados os mais recentes, pode-se dizer que 1 milhão de famílias recebeu terras, somando 80 milhões de

hectares distribuídos. Para comparação, a área total cultivada no País atinge 67 milhões de hectares. Pasmem.

Ora, se a distribuição foi tamanha, por que não se acalmamos sem terras? O argumento histórico, percebam, sobre a lerdeza do governo no processo da reforma agrária, não cabe mais. Algo distinto move o MST. Destrinchar esse enigma faz bem ao debate nacional.

A turma do MST afirma que ainda falta muita gente para ganhar seu quinhão. Pode ser. Mas essa hipótese considera incluir os desempregados da cidade, não propriamente os tradicionais sem terra, aqueles excluídos no campo. Fabricar sem-terras nas periferias urbanas infla a conta, mas não garante sucesso.

Pelo contrário. Parte do fracasso dos assentamentos rurais se deve exatamente à falta de aptidão para a lide rural.

Outra linha de raciocínio centra fogo no agronegócio. Antigamente era o latifúndio culpado pelo mal. Sua existência caracterizava o velho feudalismo a ser varrido do mapa. Agora, porém, modernizadas as relações de produção, criou-se nova dicotomia, aquela que opõe a agricultura familiar a um negócio rural capitalista. Os ideólogos do MST abriram um fosso entre a via camponesa e a agricultura empresarial.

Tremenda bobagem.

Celso Ming escreveu em sua coluna no Estado, dias atrás, que o MST carrega abandeirado atraso, invocando, muito apropriadamente, o conceito das utopias regressivas. No popular, lembra o apelo bucólico do passado, aquela reminiscência gostosa, bem brasileira, da época em que o bolo de fubá se fazia com o vocaípiracolhidono quintal, perto da horta caseira. Um passeio a cavalo, um fogão a lenha na cabana da montanha.

Quem não gosta?

No fundo, ao defender a agricultura familiar e atacar o agronegócio, valoriza-se a pobreza rural. Utopia faz bem, perfuma a vida. Mas cultivar a existência miserável abre caminho para a subserviência humana. Fazer reforma agrária só tem sentido se, economicamente, resultar em progresso material, em melhoria de qualidade de vida dos beneficiados. O MST, ao recusar a tecnologia e a integração produtiva, características básicas da moderna agricultura, condena o assentado à eterna dependência.

Difícil entender as razões do MST. Possivelmente, ainda mais manoseleitorais como este, a motivação se encontra na política. No período de Fernando Henrique, lembram-se, o MST diziam combater o neoliberalismo. Um chatice. Entrou o Lula, roupa de dúbia adornou a tagarelice do Stédile, bem no estilo oficial do bate-e-assopra, uma invasão aqui, um convênio ali.

Beira a picaretagem.

Aproximando-se o pleito presidencial, divulga o ignóbil líder do MST que a eleição do Serra seria o “pior dos mundos”. Depreende-se, portanto, que suas ações avermelhadas servem à candidatura oficial. Para divulgar a invademfazendas produtivas, destroem laranjais, queimam viveiros, roubam gado, fazem justiça com as próprias mãos. Resultado: estimulam a violência no campo. Sorte da Dilma?

Azar da democracia. Ninguém aguenta mais as invasões de terras.

O Movimento dos Sem-Terra (MST) realizou ontem manifestações em 19 Estados e no Distrito Federal para cobrar do governo a criação de novos assentamentos da reforma agrária e exigir mais apoio para as famílias já assentadas.

Em Brasília, um grupo formado por quase 700 sem-terra ocupou a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Também foram ocupadas as sedes do instituto em São Paulo, Rio, Pará, Piauí e Paraíba.

Em Recife, cerca de mil integrantes do movimento fizeram caminhadas em avenidas de grande movimento, no início da manhã, horário de pico de veículos, causando congestionamentos e reclamações.

Olíder do movimento no Estado, Jaime Amorim, encarou com naturalidade o descontentamento das pessoas afetadas pelo protesto. “Assim como eliminamos a escravidão, o latifúndio também será eliminado”, afirmou.

Na Bahia, o MST deu início a uma marcha que percorrerá, até o dia 26, os 110 quilômetros que ligam as duas maiores cidades do Estado – Feira de Santana e Salvador.

“Amarcha também tem caráter de protesto contra a criminalização dos movimentos sociais”, disse o deputado estadual Valmir Assunção (PT-BA), que participa da marcha. O vice-presidente estadual da legenda, Weldes Valeriano, também marcha como sem-terra.

As manifestações fazem parte do chamado abril vermelho – jornada de ações que ocorre todos os anos em defesa da reforma agrária. Segundo balanço divulgado ontem pelo MST, desde o início do mês já foram invadidas 68 propriedades rurais no País.

Ainda segundo o MST, existem 90 mil famílias em seus acampamentos, à espera de lotes rurais. “Temos famílias acampadas há mais de cinco anos, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e em áreas ocupadas”, disse José Batista de Oliveira, integrante da coordenação nacional do movimento.

Homenagem. Em Fortaleza (CE), os sem-terra ocuparam a sede do governo estadual. Eles também fizeram marchas em Minas e Tocantins. No Rio Grande do Sul, os protestos foram realizados em estradas vicinais do município de São Gabriel, para homenagear o acampado Elton Brumda Fonseca, morto naquela região pela Brigada Militar, durante uma desocupação ocorrida em agosto do ano passado.

Em Alagoas, 1.200 integrantes do movimento participaram de uma manifestação pública na Praça Dom Pedro II, no centro de Maceió. Em Mato Grosso do Sul, cerca de 850 famílias ligadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura participaram de ações que resultaram na interdição de oito rodovias federais e estaduais.

Segundo Geraldo Almeida, presidente da federação, a interdição das rodovias marcou o início dos protestos, que deverá seguir até maio no Estado.

No Rio, o MST anunciou que pretende permanecer na sede do Incra até o fim da negociação da pauta de reivindicações. No primeiro encontro que mantiveram com o superintendente regional, Gustavo Noronha, os sem-terra cobraram rapidez no processo de desapropriação de terras no Estado e mais atenção para os assentamentos já existentes. “Os trabalhadores não têm acesso a créditos, à saúde, nem à escola. Queremos condições para que estas famílias se desenvolvam”, cobrou Amanda Matheus, da coordenação estadual do MST. / ANGELA LACERDA,

ELDER OGLIARI, TIAGO DÉCIMO, JOÃO
NAVES DE OLIVEIRA, GABRIELA
MOREIRA e ROLDÃO ARRUD

MST invade sedes do Incra em 6 Estados e DF – Folha de São Paulo – Brasil –
20/04/2010

Sem-terra ocupam prédios em SP, RJ, PA, PI, PB e PE, como parte da onda de protestos do "abril vermelho"

Manifestantes ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem as sedes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em cinco Estados -São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Piauí e Paraíba- e no Distrito Federal. Em Pernambuco, a superintendência do órgão está ocupada desde sábado.

Apenas em Brasília o prédio havia sido desocupado até a noite de ontem, segundo comunicado do MST. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirmou que as invasões eram "inaceitáveis" e rechaçou a crítica dos movimentos sociais de que o governo Lula não deu a devida atenção à reforma agrária. "Criamos, no governo Lula, mais de 3.600 assentamentos. Mais de 574 mil famílias estão cadastradas no programa de reforma agrária", garantiu. Enquanto continuarem as invasões de prédios do Incra pelo país, disse ele, estarão suspensas todas as negociações. Os protestos, que integram o chamado "abril vermelho", ocorreram ontem em ao menos 13 Estados. Os sem-terra promoveram bloqueios de estradas e manifestações em frente a prédios públicos. Eles reivindicam assentamento de 90 mil famílias acampadas em todo o país, atualização dos índices de produtividade, garantia de recursos para as desapropriações de terras e investimentos públicos nos assentamentos, entre outros pontos.

No total, desde o início das ações do "abril vermelho", foram invadidas 68 propriedades em 11 Estados.

Líderes do MST negociam com autoridades federais em Brasília – Roldão Arruda –
Estado de São Paulo – Nacional – 21/04/2010

Após invadir, na segunda-feira, a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília e em mais seis Estados, o Movimento dos Sem-Terra (MST) foi recebido ontem por autoridades federais.

O primeiro encontro ocorreu no final da manhã, no gabinete do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que ouviu a pauta de reivindicação dos sem-terra.

À tarde os líderes do MST foram recebidos pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart. No início da noite, segundo informações da assessoria do instituto, a reunião não havia terminado.

Hackbart também levou para o encontro os diretores do INCRA ligados às áreas de obtenção de terras para a reforma agrária, desenvolvimento de projetos nos assentamentos e educação – as três principais reivindicações da jornada de ações do

MST neste mês, conhecida como “abril vermelho”. Também estiveram presentes representantes do ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário.

Ações continuam. Paralelamente às negociações em Brasília, o MST continuou promovendo atos em defesa da reforma agrária em diferentes Estados. Em São Paulo, crianças, jovens e adultos de diferentes assentamentos montaram uma sala de aula diante do prédio da Secretaria Estadual de Educação, na Praça da República, no centro da cidade. Protestavam contra a falta de escolas nos assentamentos.

“As crianças têm que sedes locar até as cidades, passando a maior parte do tempo em ônibus de péssima qualidade”, disse Claudete Pereirade Souza, da direção do MST no Estado. “As poucas escolas que existem nos assentamentos estão sendo fechadas.”

Em Aracaju, os sem-terra realizaram uma passeata pelas principais ruas da cidade.

Levavam faixas e cartazes como os dizeres “lutarnãoécrime” – um dos temas do “abril vermelho” deste ano.

Na capital cearense, os manifestantes bloquearam uma faixa da Avenida José Bastos, exatamente no trecho onde fica a sede do Incra – ocupada desde a noite de anteontem. No Rio Grande do Sul, as manifestações ocorreram em Passo Fundo e Pelotas. Militantes ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar bloquearam o acesso de duas agências da Caixa Econômica Federal, uma em cada cidade. À tarde, ao saber das negociações, o protesto foi encerrado./

COLABORARAM CARMEM POMPEU,
ESPECIAL PARA O ESTADO e
ELDER OGLIAR

Dilma diz que não usaria boné do MST – O Globo – Capa – 21/04/2010

UNE, que recebe verbas do governo, discute se vai apoiar ou não um candidato este ano. Em entrevista a uma rádio de Pernambuco, a pré-candidata Dilma Rousseff condenou indiretamente o presidente Lula ao criticar as invasões de terras e dizer que não usaria boné do MST. A UNE, que recebe verbas do governo, fará congresso para decidir se apoia um candidato, no caso, Dilma. Páginas 3 e 13

Dilma: Não é cabível vestir o boné do MST – Maria Lima - O Globo – Nacional – 21/04/2010

Pré-candidata do PT condena indiretamente Lula, sem citá-lo, em entrevista a uma rádio

BRASÍLIA. A ex-ministra Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à Presidência, pela primeira vez condenou indiretamente um ato do presidente Lula — o de usar um boné do MST (Movimento dos Sem-Terra) — e criticou as invasões de terras e de prédios públicos patrocinadas pelo movimento. Em entrevista à Rádio Jornal de Pernambuco, a petista disse ser contra o enfrentamento de movimentos pacíficos por forças policiais, mas afirmou que o MST não pode tumultuar a vida da população.

Ela disse também que pessoas do governo não podem assumir a bandeira do MST.

Dilma afirmou que, além de 590 mil hectares de assentamentos na reforma agrária, o governo Lula aumentou o crédito rural para R\$ 15 bilhões na última safra, e financiou 60 mil tratores para a agricultura familiar. Por isso, não haveria motivos para esse tipo de protesto.

— A gente não tem de dar palpite na forma deles de se manifestarem, mas não está certo tumultuar a vida das pessoas que não são responsáveis pelas políticas públicas — disse Dilma.

Ao ser perguntada se vestiria a camisa e o boné do MST, Dilma afirmou que não: — Acho que não é cabível vestir o boné do MST. Governo é governo, movimento é movimento.

Não concordo que alguém do governo assuma a bandeira do MST.

Na entrevista, a ex-ministra voltou a confrontar declarações de seu principal adversário, o tucano José Serra, que comparou o apoio de Lula a ela ao apoio de Paulo Maluf (PP-SP) ao ex-prefeito Celso Pitta.

Perguntada sobre os desentendimentos do prefeito de Recife, João Costa, com seu padrinho político, o ex-prefeito João Paulo, ela repeliu a ligação com casos em que cria se vira contra criador: — Nem eu nem o presidente Lula podemos ser comparados com ninguém. Nem Lula é o Maluf, nem eu sou o Pitta.

Por fim, ao explicar por que chamou Serra de “biruta de aeroporto” (que ora elogia, ora critica as políticas da era Lula), Dilma disse que o governo Lula sabe acabar com a pobreza: — Nós sabemos acabar com a miséria (...). Enquanto tiver pobre no Brasil, o Bolsa Família vai continuar.

PMDB quer resolver palanques até 15 de maio Anteontem, em Brasília, Dilma jantou com líderes do PMDB, que esperam resolver com o PT, antes do dia 15 de maio, todas as pendências sobre palanques regionais para a presidenciável petista. Caso isso ocorra, no dia 15 o PMDB vai fazer um encontro nacional para indicar o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), como vice na chapa de Dilma.

O partido já divide informalmente com o PT o comando da campanha, mas quer dar prioridade aos acordos nos estados.

No jantar na casa do deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), esse assunto era a preocupação entre os convidados. Os peemedebistas estão confiantes de que a cúpula petista vai dar um “arrocho” no PT mineiro, pelo apoio à candidatura de Hélio Costa (PMDB), para evitar qualquer proximidade dele com Aécio Neves (PSDB).

— Se esfacular lá, o Aécio toma conta de tudo — avaliou Eunício Oliveira.

Dos 11 partidos que mandaram seus líderes para o jantar, os representantes de PP, PTB, PSC e PMN informaram que, por enquanto, vão continuar apoiando a candidata petista informalmente.

O líder do PTB, Jovair Arantes (GO), pediu à candidata reunião separada com a parte da bancada que não segue o presidente Roberto Jefferson — que já manifestou apoio a José Serra, do PSDB.

COLABOROU: Gerson Camarotti

Dentro da jornada nacional do “abril vermelho”, militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam ontem a Fazenda Barrinha, pertencente à Veracel S.A., indústria que atua no plantio de eucalipto para produção de celulose. A fazenda fica às margens da BR-101, no município de Eunápolis, extremo sul da Bahia.

Os primeiros 50 integrantes do MST chegaram ao local no início da tarde, mas garantiram que ainda esta semana um contingente estimado em 500 pessoas deverá se juntar a eles. Esta é terceira vez que o movimento ocupa a propriedade, que possui 4.700 hectares. Eles já derrubaram vários pés de eucalipto, argumentando com a necessidade de plantar lavouras que assegurem a alimentação dos sem terra.

Como em vezes anteriores, os invasores garantem que só deixam o lugar mediante a garantia de avanço nas negociações sobre desapropriação de terra na região.

Já a Veracel, por meio de nota, considera que “as invasões desrespeitam as determinações do Judiciário de Eunápolis, que determinou a reintegração de posse, já cumprida no passado por duas vezes, sempre com desocupação pacífica do local. Esta mesma área também está contemplada pela confirmação da Coordenação de Defesa Agrária (CDA) do Estado da Bahia que concluiu que a Veracel não ocupa terras devolutas”.

Marcha. Outro grupo do movimento, com cerca de 5 mil pessoas, segue na marcha iniciada segunda-feira da cidade de Feira de Santana a Salvador. Na tarde de ontem, eles se encontravam no município de Amélia Rodrigues, a 84 quilômetros da Capital baiana. O objetivo é percorrer os 110 quilômetros que separam as duas cidades em sete dias, a fim de chamar a atenção do governo para que acelere o programa reforma agrária no País.

Estatual da China quer produzir soja no País – Claudia Trevisan – Estado de São Paulo – Economia – 22/04/2010

A empresa estatal chinesa Chongqing Grain Group pretende investir US\$ 300 milhões (R\$ 525 milhões) na compra de 100 mil hectares de terra no estado da Bahia, como objetivo de produzir soja para o mercado brasileiro e chinês. O empreendimento tem financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (BDC), que vai bancar 60% do custo.

O restante será desembolsado pela empresa, ligada ao município de Chongqing.

Representantes da companhia e do banco estatal integraram a comitiva do presidente Hu Jintao no Brasil na semana passada e apresentaram o projeto no seminário empresarial dos países do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), realizado no Rio.

O grupo continua no Brasil, em busca de um parceiro local para o investimento. O objetivo é finalizar a compra da terra até julho e produzir 250 mil toneladas de soja por ano. Reportagem publicada ontem pelo Chongqing News, ligado ao governo do município, afirma que a área acultivada poderá alcançar numa segunda etapa 200 mil hectares, com investimento total de US\$ 842 milhões (R\$ 1,47 bilhão).

Limite. O interesse de chineses na compra de terras para plantar soja no Brasil cresceu nos últimos meses, especialmente depois da aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do projeto que limita a 1.140 hectares o tamanho das propriedades rurais que podem ser compradas por estrangeiros na Amazônia Legal, área que abrange os Estados de Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima,

Mato Grosso, Pará, Amapá, Tocantins e parte do Maranhão. Aprovado em outubro, o texto foi enviado ao Senado, onde aguarda votação.

A advogada Heloísa DiCunto, sócia do escritório Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra, diz que desde setembro aumentou o número de consultas de clientes chineses interessados em adquirir propriedades rurais no Brasil. “As pessoas estão correndo para comprar as terras antes que a lei seja aprovada”, observa Di Cunto, que chefiava o departamento do escritório responsável pela China. Atualmente, a advogada assessorou dois grupos chineses que estão fechando negócios para produção de soja em Mato Grosso, mas não revela seus nomes em razão de acordos de confidencialidade.

Há anos os chineses discutem a possibilidade de plantar soja no Brasil, mas os negócios só começaram a se concretizar recentemente. A China é o maior importador de soja e principal destino das exportações brasileiras do produto, que ocupa o segundo lugar nas vendas do país, atrás apenas do minério de ferro.

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 11,42 bilhões em soja, dos quais US\$ 6,34 bilhões foram destinados à China, o equivalente a 55,5% dos embarques da commodity. Além de garantir o suprimento de um produto essencial, a compra de terras tem o objetivo de evitar a intermediação das grandes trading companies que operam nesse setor: Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus.

Pelo menos desde 2004, os importadores chineses tentam comprar diretamente dos fazendeiros brasileiros, sem sucesso. “As grandes trading companies investem na infraestrutura e no comércio”, ressalta Di Cunto. Essas empresas dão financiamento aos produtores e recebem em troca a garantia de entrega da colheita. Com a aquisição de terras, os chineses passam a controlar diretamente a produção e podem exportar o produto para a China, sem passar pela intermediação das grandes trading companies.

Na avaliação de Di Cunto, o projeto de lei aprovado na Câmara cria um “protecionismo desnecessário” e pode reduzir o investimento estrangeiro direto na produção agrícola.

Limite atual é de 3,8 mil hectares

O projeto de lei que limita a compra de terras por estrangeiros na Amazônia Legal foi apresentado em 2001 pelo deputado Nilson Mourão (PT-AC) e pelo então deputado José Dirceu (PT-SP). Na exposição de motivos, os parlamentares afirmavam que havia 34 mil imóveis rurais na mão de estrangeiros na região, com área equivalente a 4 milhões de hectares.

A legislação atual permite que estrangeiros comprem terras na Amazônia Legal no limite de até 3.800 hectares, desde que tenham empresa constituída no Brasil – não importa se a origem do capital é nacional ou estrangeira.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou em outubro substitutivo do deputado José Genoíno (PT-SP). Na época da votação do projeto, Genoíno ressaltou que os estrangeiros que adquirissem área superior a 1.140 hectares antes da aprovação do projeto poderiam manter as propriedades, desde que produtivas.

O projeto não precisou ser aprovado pelo plenário da Câmara porque a matéria pode ser analisada em caráter definitivo pela Comissão de Constituição e Justiça, que o aprovou por unanimidade. Falta agora a votação do Senado

CNA terá apoio de ONG na campanha contra invasões de terras – Sítio Eletrônico da CNA – 23/04/2010

Brasília (23/04/2010) - A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ganhou um importante aliado na mobilização contra as invasões de terras no País. Começou a funcionar, na última segunda-feira, 19/4, a Organização Não Governamental (ONG) “Vamos Tirar o Brasil do Vermelho”, com atuação focada na defesa da paz no campo e do respeito ao direito de propriedade. A ONG também receberá denúncias sobre atos de invasão e de violência nas propriedades rurais, que poderão ser feitas a partir da próxima segunda-feira (26/4) pelo site www.vamostirarbrasildovermelho.com. A proposta dos idealizadores da ONG é acompanhar a questão de perto, fazendo um mapa da violência no meio rural a partir do drama de pessoas que foram vítimas de invasores.

Apesar de apoiar as ações da Confederação contra as invasões de terra e em defesa do Direito de Propriedade, a ONG trabalhará de forma independente. A instituição ajudará a recolher um milhão de assinaturas em apoio à criação do Plano Nacional de Combate às Invasões, solicitação protocolada, no último dia 13/4, no Ministério da Justiça, pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. Na ocasião, ela sugeriu que o Ministério da Justiça protagonize a criação do Plano Nacional de Combate às Invasões, semelhante aos demais planos nacionais de combate ao crime organizado no País, como o tráfico de drogas, de pessoas e de animais silvestres, entre outros.

A primeira reunião de trabalho da ONG ocorreu na segunda-feira, 19/4, no Rio de Janeiro, quando foi realizada a assembléia para eleição da diretoria. Inicialmente, a atuação da Organização “Vamos Tirar o Brasil do Vermelho” se dará em quatro capitais: Rio de Janeiro (sede), São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. O portal da ONG estará disponível a partir de segunda-feira, 26/4, no endereço www.vamostirarbrasildovermelho.com.

Sem-terra invadem fazenda de empresa na BA pela 3ª vez – Matheus Magenta - Folha de São Paulo – Brasil – 23/04/2010

Empresa pede reintegração e estima prejuízo em R\$ 100 mil; MST já fez atos em 20 Estados em abril

A produtora de celulose Veracel entrou ontem com pedido de reintegração de posse de uma fazenda em Eunápolis (sul da Bahia) que permanece invadida por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) desde a noite de terça-feira. A empresa pede na Justiça o cumprimento do mesmo pedido de reintegração de posse concedido em duas invasões no ano passado. Desta vez, os sem-terra derrubaram ao menos 5 dos 4.700 hectares de eucalipto para plantar feijão. A invasão faz parte do chamado "abril vermelho", promovido para lembrar a morte de sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em 1996. Segundo o MST, cerca de 400 famílias estão no local. Já a Veracel diz que são cem pessoas. Os sem-terra afirmam que a invasão foi feita para pressionar o governo federal a

avançar nas negociações sobre desapropriações de terra na região. A empresa estima que os prejuízos já chegam a quase R\$ 100 mil. Na invasão anterior, o prejuízo ultrapassou R\$ 1 milhão, segundo cálculos da Veracel. Por meio de nota, a empresa afirma que a "invasão desrespeita as determinações do Judiciário de Eunápolis, que determinou a reintegração, já cumprida no passado por duas vezes, sempre com desocupação pacífica do local". Ainda de acordo com a Veracel, procedimentos do governo baiano mostram que as terras da empresa não são devolutas, o que anula "argumentos dos movimentos sociais que justificam invasões sob o pretexto de serem áreas passíveis de reforma agrária". O MST também promove uma marcha com cerca de 5.000 integrantes que deve chegar a Salvador no domingo. A direção estadual do movimento ainda não decidiu se a manifestação seguirá para a sede do governo estadual ou para a do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). No "abril vermelho" deste ano, o MST promoveu, até o momento, manifestações e invasões em 20 Estados.

MST mantém ocupações em prédios do Incra - O Globo – Nacional – 23/04/2010

SÃO PAULO. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) manteve ontem ocupações em sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em cinco estados — Pernambuco, Ceará, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A ação faz parte da estratégia de mobilização da Jornada Nacional de Lutas pela

Reforma Agrária, o Abril Vermelho, que cobra compromissos assumidos pelo governo federal em agosto do ano passado.

Ontem, dirigentes do MST continuaram reunidos com a direção do Incra, em Brasília, em encontro comandado pelo presidente do órgão, Rolf Hackbart, para discutir a pauta de reivindicações do movimento.

Ao lado de Rolf, diretores do Incra e líderes dos semterra debateram item por item toda a pauta de reivindicações do movimento.

Ontem, o MST desocupou o prédio do Incra em São Paulo e promoveu um ato em defesa da reforma agrária na Praça da Sé, centro da capital paulista.

Também foram desocupadas as sedes do Incra em Porto Velho (RO) e em Teresina (PI).

Em Pernambuco, porém, mais de mil trabalhadores rurais sem terra mantiveram ocupação do Incra em Recife. No Ceará, cerca de 800 militantes do MST continuam na sede do instituto em Fortaleza, além de permanecerem em quatro fazendas ocupadas.

Em todo o período de protestos, foram realizadas manifestações em 20 estados e em Brasília. Foram ocupadas 72 propriedades classificadas de latifúndios pelo MST, em Pernambuco (25), Bahia (16), São Paulo (11), Paraíba (5), Sergipe (5), Alagoas (2), Ceará (4), Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul (uma em cada estado).

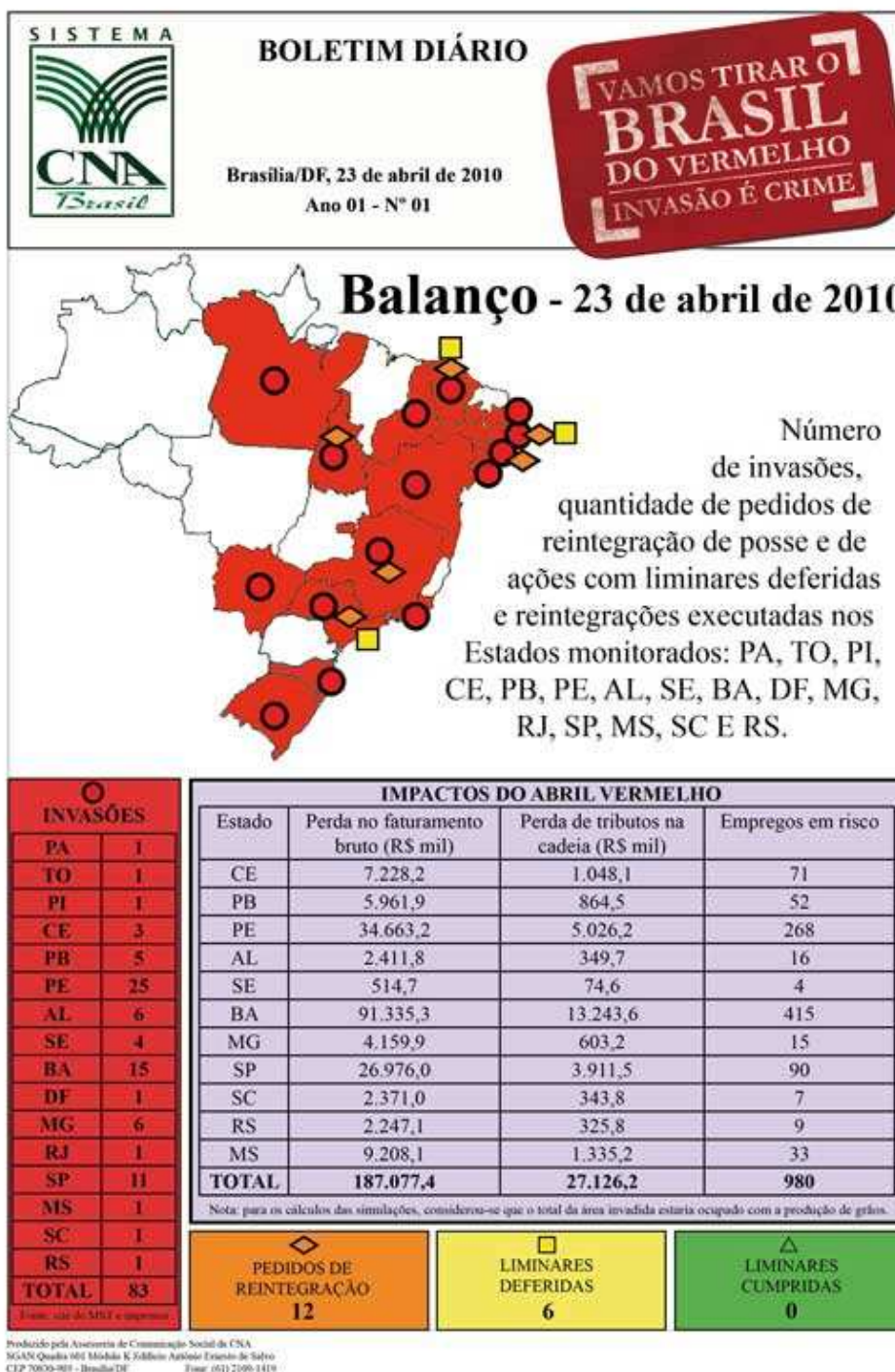
Invasões do MST põem em risco 10% do VBP da agropecuária – CNA –
24/04/2010

Brasília (23/04/2010) – O Brasil pode perder R\$ 187 milhões do faturamento bruto da atividade agropecuária por conta das invasões promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante o “abril vermelho”. Esse valor representa quase 10% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira. As perdas potenciais atingem principalmente os Estados da Bahia, Pernambuco e São Paulo, mas envolvem, ao todo 15 unidades da federação. O cálculo considera as invasões realizadas até o dia 23 de abril, conforme informações reunidas pelo “Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo” da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os prejuízos gerados apenas no "Abril Vermelho" não se limitam a perdas no faturamento da atividade agropecuária. Há prejuízos ao longo de toda a economia. A perda potencial na arrecadação de impostos estaduais e federais é estimada em R\$ 27 milhões, caso o Direito de Propriedade não seja respeitado e as invasões, mantidas. Também colocam em risco a geração de emprego no campo. Nada menos que 980 postos de trabalho poderão ser eliminados, caso as terras permaneçam invadidas.

Até agora, a CNA apurou 83 invasões de terras promovidas pelo MST durante o “abril vermelho”. Foram ajuizados 12 pedidos de reintegração de posse, sendo que seis deles foram deferidos e, até esta sexta-feira (23/04), nenhuma liminar foi cumprida. Os números fazem parte do novo boletim informativo da campanha “Vamos tirar o Brasil do vermelho – invasão é crime”, lançado hoje pela CNA. O boletim vai consolidar dados de todo o Brasil relativos às invasões de propriedades rurais promovidas pelo MST.

O “Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo” foi instalado em fevereiro, para monitorar ameaças ao Direito de Propriedade e de violência aos produtores rurais. Os dados coletados serão disponibilizados para toda a sociedade, para auxiliar no cumprimento das leis e na promoção da paz no campo.



Grupo de sem-terra incendia área na Bahia, afirma empresa – Folha de São Paulo – Brasil – 24/03/2010

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SALVADOR

Um grupo de 40 famílias de trabalhadores rurais sem terra incendiou ontem, segundo a produtora de celulose Veracel, uma área da empresa que se mantém invadida

pelo movimento desde novembro, na região de Eunápolis (BA). A reportagem não conseguiu entrar em contato com o grupo. Segundo a Veracel, o incêndio foi iniciado na manhã de ontem como retaliação ao anúncio do cumprimento de pedido de reintegração de posse concedido pela Justiça. A Polícia Militar agendou a operação para segunda. Não há informações sobre a extensão das queimadas. A empresa deslocou uma brigada de combate a incêndio para a área, mas, segundo a Veracel, os sem-terra impediram a entrada da equipe. A fazenda Ouro Verde tem 511 hectares -378 deles de área plantada de eucaliptos. Nesta semana, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) também invadiu uma área da Veracel na região, pela terceira vez em menos de um ano. A invasão faz parte da onda de protestos chamada "abril vermelho", promovida pelo MST em 20 Estados. Invadida por ao menos 400 famílias desde terça, a área teve 5 dos 4.700 hectares destruídos. A Veracel protocolou anteontem um pedido de reintegração de posse da área invadida pelo MST, mas a Justiça ainda não decidiu. Segundo o coordenador do MST no extremo sul da Bahia, Edcarlos da Silva, a invasão serve para pressionar por novos assentamentos. (MATHEUS MAGENTA)

CNA propõe "plano de combate às invasões" – Valor Econômico – Brasil – 26/04/2010

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou nota estimando que o setor poderá perder R\$ 187 milhões do faturamento bruto por causa das ocupações de terra ocorridas neste mês, durante a Jornada de Lutas pela Reforma Agrária, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As ocupações fizeram a confederação, que reúne empresários do agronegócio, a instalar um gabinete de crise para monitorar as ocupações e propor a criação do Plano Nacional de Combate às Invasões de Terras. A CNA reconhece que no meio rural estão os brasileiros mais pobres e desamparados que "difícilmente têm acesso a postos de saúde, vacinação para os filhos, escolas com avaliação do Ministério da Educação, atividades desportivas, programação de cultura ou lazer", mas diz que "essa não é a pauta dos líderes do MST".

Na última semana, durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, o MST ocupou sedes do Incra em vários Estados. Segundo o Incra, 574,6 mil famílias de trabalhadores rurais foram assentados nos últimos sete anos em 3.348 assentamentos, com área total de 46,7 milhões de hectares.

Governo já tem terras para assentar 50 mil famílias, mas ainda desapropria –
Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 27/04/2010

UmanovapolêmicarondaareformaagrárioPaís.

Enquanto o Movimento dos Sem-Terra (MST) promove uma onda de invasões de propriedades rurais, no chamado “abril vermelho”, exigindo novas desapropriações para a criação de assentamentos, representantes dos proprietários acusam o governo de estocar terras já desapropriadas.

O governo admite que tem nas mãos 690 milhões de hectares, suficientes para abrigar cerca de 50 milhões de famílias.

Mas se defende afirmando que na maior parte dos casos – no total de 1,2 milhão de hectares – ainda depende de decisões do Judiciário, de registros ambientais estaduais e de outras instituições.

“Não se pode chamar isso de estoque”, diz o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. Segundo os representantes dos ruralistas, o número real de terras que o Incra tem nas mãos pode ser bem maior do que o admitido pela instituição. Nesta semana, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, vai encaminhar o projeto que impede para que seja detalhada a relação de propriedades e suas respectivas áreas. “Essas informações parecem guardadas numa caixa-preta”, diz ela.

Segundo os ruralistas, o estoque surge porque o governo paga as desapropriações com títulos da dívida agrária, os chamados TDAs, resgatáveis a prazo a perder de vista, ao passo que os assentamentos só podem surgir com dinheiro em caixa. “O Incra estoca terras enquanto nós somos vítimas de invasões e de predação”, afirma Kátia Abreu. “O custo médio de cada família assentada atualmente já passa de R\$60,7 milhões. Quem analisa o orçamento do Incra vê que ali não existe recurso para assentar o tanto de famílias que eles prometem nas negociações com os invasores de terras.”

Asuspeitadosruralistas sobre estoque de terras também estão ligados a pronunciamentos do Incra sobre o reformar nas equipes que buscam terrenos para a reforma.

O Incra vistoria cerca de 6 milhões de hectares por ano.

Segundo Hackbart, do total de 1,5 milhão de hectares de terras que estão em processo de obtenção para a reforma, cerca de 644 milhões tiveram as áreas de desapropriação contestadas e estão esperando uma decisão final do Judiciário. Outros 139 milhões ultrapassaram a fase judicial e foram divididos em projetos de assentamentos, mas ainda não receberam as famílias selecionadas porque dependem de autorizações dos registros ambientais dos governos dos Estados.

Outro entrave citado por Hackbart são as disputas em torno do preço a ser pago pelos milhões e benfeitorias: elas envolvem 243 milhões, que correspondem a 503 milhões de hectares.

Ele nega que acelere as desapropriações pelo fato de pagar com TDAs. “Mesmo resgatada em prazos que chegam a 20 anos, a TDA entra no gasto do Tesouro na data da emissão”, afirma.

Hackbart também observa que 60% dos lotes destinados anualmente para assentamentos ficam em áreas de terras públicas recuperadas pelo Estado e em assentamentos já existentes.

“Existem muito lotes vagos em assentamentos que estão sendo retomados. Isso não é oneroso para o Incra.”

Desconfiança. Os ruralistas não são os únicos a desconfiar do descompasso entre as desapropriações e os assentamentos. No ano passado, após fazer um levantamento sobre conflitos

fundição em Pernambuco, o juiz Marcelo Berthe, que trabalha como auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidente do fórum daquele instituiu sobre assuntos fundiários, teve a mesma desconfiança. “A impressão inicial, após consultas a juizes e autoridades do governo estadual envolvidas como assunto, é que os assentamentos não só implementados logo após se consumar a desapropriação”, diz o juiz. “Não temos números ainda, mas a impressão é de que existe um grande estoque de imóveis, enquanto as ocupações continuam.”

Em outra história, no Pará, Berthe ficou impressionado com o elevado número de lotes abandonados e transformados em pasto por fazendeiros vizinhos.

O jogo duplo do Planalto no trato com os sem-terra

Em Brasília existem duas orientações para pautar a relação do governo Lula com os movimentos dos sem-terra.

Para o trato público, em geral – audiências, solenidades, entrevistas e discussões sobre políticas estatais –, segue-se a regra da “não criminalização dos movimentos sociais”, o discurso de que nenhum governo deu “tanta atenção” e “dialogou tanto” com os sem-terra, nenhum outro presidente tirou e botou tantos pontos do MST, Contag e outras associações de agricultores com ou sem terra e sem-terra que não querem terra, mas engrossam o movimento pró-socialismo do líder João Pedro Stedile.

A ordem, igualmente genérica, é preservar ao máximo a “relação fraterna” com os sem-terra, “não satanizar” os seus líderes. Mas é tudo uma política de relações públicas.

Quando os sem-terra viram as costas e pegam os elevadores de saída, quando os ministros e secretários aliviam os nós das gravatas e desabotoam o primeiro botão dos colarinhos, aí vem o desabafo e a ordem: ir enrolando os sem-terra, não deixar de exercer a boa convivência, espargir umstrocados quemantenhemos movimentos ativos, distribuir umas cestas básicas e apressar a inscrição no Bolsa-Família. E nada além disso porque o governo sabe que assentar, assentar e assentar areboque das novas invasões equivale a jogar dinheiro num buraco sem fundo.

O governo fala em investir nos assentamentos dos verdadeiros agricultores, fala em recheá-los com o melhor material de assistência técnica e fala em convênios com a Embrapa e outros órgãos que possam dar independência econômica às famílias. Fala, a portas fechadas, mas não tem coragem de admitir junto às lideranças do MST que esse é o desejo.

Stedile sabe desse jogo duplo do governo. Por isso que, vez ou outra, ele desce a língua contra o próprio governo Lula. E quando se sente acuado leva o movimento a descer a língua e o braço em invasões, o naprática, o prelado jogo duplo que o Planalto é obrigado a pagar.

Marcha rumo hoje à sede do governo baiano – Tiago Décimo – Estado de São Paulo – Nacional – 27/04/2010

A marcha promovida pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) entre Feira de Santana e Salvador, as duas maiores cidades baianas, iniciada na segunda-feira passada, chegou ao fim ontem. Os cerca de 5 mil integrantes da caminhada entraram na capital pela manhã e seguiram na direção da R. Tula do Abacaxi, principal entroncamento viário de Salvador.

A marcha interrompeu uma das faixas da BR-324 – rodovia mais movimentada do Estado –, causando congestionamentos de 10 quilômetros.

Ao chegar a R. Tulado Abacaxi, os sem-terra promoveram uma manifestação, lembrando os 14 anos do chamado Massacre de Eldorado dos Carajás – quando 19 sem-terra foram mortos em confronto com a Polícia Militar do Pará, em 17 de abril de 1996. Em seguida, os manifestantes montaram barracas na estação da linha do metrô que está sendo construída no local. Eles pretendiam ficar acampados no local até amanhã de hoje, a fim de seguir então para o Centro Administrativo da Bahia, sede do governo estadual.

Os manifestantes exigem mais rapidez nos processos de assentamento de sem-terra, dentro da mobilização nacional conhecida como “abril vermelho”.

“Mas nossa maior mobilização, nacionalmente falando, este ano, é contra a crescente tentativa de criminalização dos movimentos sociais”, observou a diretora estadual do MST, Vera Lúcia Barbosa. “Precisamos chamar a atenção contra esse movimento das elites de tentar transformar movimentos legítimos em atos criminosos.”

De acordo com ela, a mobilização, na Bahia, também tem como metas cobrar mais agilidade na liberação de terras para assentamentos.

O MST afirma que 10 mil famílias de assentados aguardam melhorias diversas em áreas ocupadas, de apoio técnico a construção de escolas.

Durante a tarde, um grupo de 40 líderes do movimento foi recebido na Secretária de Agricultura para apresentar a pauta de reivindicações. Diretores do MST esperam ter uma reunião hoje com a direção do Incra.

Além de promover a caminhada de 110 quilômetros entre Feira de Santana e Salvador, o MST também invadiu, desde o início do mês, 16 fazendas na Bahia.

Ano eleitoral faz de SP 3º no ranking de invasões – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 27/04/2010

O Movimento dos Sem-Terra (MST) usou o “abril vermelho” do ano eleitoral para engrossar o número de famílias dispostas a lutar por terra no interior paulista.

Com 11 propriedades rurais invadidas, o Estado subiu para o terceiro lugar no ranking de invasões no País, atrás de Pernambuco e Bahia. No “abril vermelho” de 2009, o Estado era apenas o sexto.

O movimento contabiliza a formação de oito novos acampamentos em regiões estratégicas para futuras ações. O número de famílias acampadas sob o bandeirado MST hávidas despencou nos últimos anos, fenômeno que o coordenador nacional Gilmar Mauro atribui à paralisação do processo de arrecadação de terras para assentar as famílias.

Neste mês, o MST reforçou a presença de acampados na região de Iaras, onde as lideranças acreditam existir pelo menos 40 mil hectares de terras da União ocupadas por empresas de reflorestamento, usinas de açúcar e produção de laranja.

Um novo acampamento foi instalado em Borebi, próxima à fazenda Santo Henrique, da Cutrale, invadida e depredada no ano passado – que resultou na destruição de 12 mil pés de laranja e na prisão de 11 militantes.

Com a instalação de outro núcleo de acampados em Agudos, o MST fechou o cerco sobre as áreas que pretende obter para a reforma agrária na região. Outros três

acampamentos estão nas cercanias de usinas de cana-de-açúcar e há um grande acampamento nos limites da Fazenda Nazaré, em Marabá Paulista, Pontal do Paranapanema. Calendário. Segundo Gilmar Mauro, o MST não se pauta pelo calendário eleitoral. “O que buscamos agora é a solução de problemas concretos, como a paralisação da reforma agrária e a falta de investimento nos assentamentos.”

Com a mobilização encerrada no campo e na rua, as ações continuam nos gabinetes, afirma ele.

“Eleições no segundo semestre.

O que buscamos agora é a solução de problemas concretos, como a paralisação da reforma agrária e a falta de investimento nos assentamentos.”

China negocia terras para soja e milho no Brasil – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 27/04/2010

A China quer garantir seu abastecimento de soja e milho comprando terras diretamente no Brasil. A maior estatal chinesa do setor agrícola negocia a compra de terras no Brasil para produzir soja e milho, em um investimento que promete ser de “centenas de milhões de dólares”. A informação é do presidente da China National Agricultural Development Group Corporation, Zheng Qingzhi.

“Estamos em negociações”, disse Qingzhi, que controla recursos de mais de US\$ 2 bilhões por ano para investir na agricultura em todo o mundo. O presidente da Apex, Alessandro Teixeira, também confirmou o interesse chinês, dizendo que não via problemas diante do volume de investimentos. “São conversas preliminares. Mas eles estão de olho no Centro-Oeste, principalmente Goiás”, disse Teixeira.

Com a chegada ao Brasil, a China amplia sua busca por terras para garantir o abastecimento populacional. A constatação é de que, para alimentar 9 bilhões de pessoas em 2050 anos, os investimentos em agricultura terão de dobrar no mundo, o que já está fazendo vários países irem em busca de terras.

Mas o fenômeno da compra de terras no exterior vem causando polêmica, e entidades como a ONU vêm se comprometendo a debater a criação de um código de princípios que os países devem seguir. A preocupação é que a compra de terras crie obstáculos à população local e falta de acesso a terras.

No caso da China, a estatal que debate investimentos no Brasil está diretamente ligada ao Conselho de Estado. Com cinco anos, a estatal tem ativos de US\$ 2 bilhões e 80 mil funcionários para promover a segurança alimentar da China.

Dez mil funcionários da empresa já atuam no exterior, em pelo menos três continentes.

“No Brasil, nosso interesse é investir em soja e milho”, diz Qingzhi. Ele preferiu não falar nem onde será o investimento nem o valor, por enquanto. Globalmente, a estatal está presente em 40 países com atividades de produção. Na Tanzânia, já detém 6 mil hectares, e Qingzhi garante que o governo local quer a expansão do projeto. Os chineses ainda investem no cultivo de frango e produção de ovos na Zâmbia e no arroz em Guiné, Benin, Argentina e Peru.

No Senegal, os chineses investiram na pesca e na maior empresa estrangeira do país, com 2 mil empregados. “Não estamos apenas explorando, mas também treinando funcionários locais”, diz o presidente da estatal, lembrando que também garante a transferência de tecnologia nas cidades de Benin.

Os chineses insistem que não estão apenas desembarcando para ocupar e que estão desenvolvendo projetos de doação de alimentos, construção de escolas e centros de saúde,

como na Z.mbia.” Respeitamos as leis locais e garantimos benef.cios m.tuos”, diz o chin.s. “Nossos investimentospromovodesenvolvimentodopa.sondeestamosaplicando”, afirmou.

A estatal admite que a compra de terras em uma dimensão política. Mas insiste que esses acordos “estabilizam relações diplomáticas”.

Especialistas reunidos ontem na ONU indicaram que, de fato, o avanço de países em busca de terras a China com os principais atores. O saf. reproduzido por Pequim na África chegou a assustar a FAO. Seu diretor, Jacques Diouf, alertou há poucos meses os governos africanos para o risco de um “neocolonialismo”, destaque pelos chineses.

O que ele teme que a produção seja inteiramente destinadas aos países que adquiriram as terras, sem levar em conta os interesses das populações locais, ou mesmo a adaptabilidade das terras. A China já comprou ou negocia terras no Congo, Z.mbia e Sudão.

Hoje, limite é de 3,8 mil hectares

A legislação atual permite que estrangeiros comprem terras na Amazônia Legal no limite de até 3.800 hectares, desde que tenham empresa constituída no Brasil.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou em outubro substitutivo do deputado Jos. Genoino (PT-SP), pelo qual estrangeiros que adquirissem área superior a 1.140 hectares antes da aprovação do projeto poderiam manter as propriedades, desde que produtivas.

A matéria foi analisada em caráter definitivo pela Comissão de Constituição e Justiça, que o aprovou por unanimidade. Falta agora a votação do Senado.

ONU quer estabelecer regras para compra de terras por estrangeiros

Países detentores de terras e países que sabem que precisam importar alimentos no futuro se enfrentam na ONU em relação à compra de terras. O escritório das Nações Unidas propôs uma espécie de acordo internacional para regular como a compra de terras por estrangeiros deveria ocorrer. Mas o projeto atacado por todos os lados. O Brasil argumenta que o acordo é insuficiente para lidar com o fenômeno. Já para americanos e chineses, um acordo pode até ser debatido, mas não pode tornar-se um obstáculo aos investimentos.

A ONU está elaborando um acordo baseado em sete princípios que guiariam a atuação dos países. A ideia é que o fenômeno não acabar e, portanto, a melhor estratégia é regulamentá-lo.

Entre os princípios está a garantia de direito à alimentação, proteção do meio ambiente e transparência nos acordos. O governo americano aceita debater o assunto. Mas deixa claro que não concorda com o que há sobre a mesa. Wesley Scholz, diretor de Investimentos do Departamento de Estado americano, acha que novas negociações são necessárias para um acordo.

O envolvimento do Departamento de Estado mostra que a Casa Branca sabe que o tema politicamente sensível. “Até 2050, vamos ter de dobrar a produção de alimentos no mundo, o que exigirá investimentos de US\$83 bilhões por ano. São governos não dar conta dessa tarefa”, afirmou Scholz.

A China, um dos principais investidores no mundo, segue o mesmo raciocínio. “Precisamos de investimentos na agricultura.

Isso é um fato”, afirma o presidente da China National Agricultural Development

Group Corporation, Zheng Qingzhi. Ele chegou a propor a criação na ONU de um fundo para facilitar investimentos. Pequim admite que será necessário um acordo internacional de investimentos agrícolas, com padrões que governos devem seguir.

Mas insiste que isso não deve parar os investimentos.

Do outro lado do debate está o Brasil. Alessandro Teixeira, presidente da Apex e da Associação Mundial de Agência de Promoções de Investimentos, alerta que a questão é de "segurança nacional". "Estamos de acordo com os princípios (da ONU).

Mas eles não são suficientes. Precisamos ir além e ter um mecanismo para garantir que eles sejam aplicados."

Chineses querem mais terras no Brasil – Assis Moreira – Valor Econômico – 27/04/2010

Os chineses até tentam esconder, mas não conseguem: planejam comprar mais terras no Brasil para produzir soja e milho, como confirmou ontem Zheng Qingzhi, presidente da China National Agricultural Development Group Corporation (CNADC), uma empresa estatal que já tem investimentos agrícolas em 40 países.

Após conversar com Qingzhi, ontem em Genebra, Alessandro Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), disse que os aportes chineses poderão alcançar centenas de milhões de dólares, como atestam notícias e relatos de projetos planejados ou em curso principalmente em regiões do Cerrado. Qingzhi ressaltou que "é cedo para confirmar uma decisão" no caso da estatal que dirige, mas Teixeira comentou que os chineses estão buscando terras no Centro-Oeste brasileiro, e que eles são bem-vindos.

"Estamos conversando", disse Teixeira. Ainda há alguma prudência porque a agricultura é um setor difícil para os estrangeiros entrarem no Brasil, até pelo alto nível de competitividade do país no setor. Teixeira conta que um grande empresário egípcio, produtor de arroz, chegou ao Brasil querendo investir na agricultura. Foi ao Rio Grande do Sul e a resposta que recebeu foi de que havia arroz para vender, mas não terras.

O recente - e crescente - interesse de grandes grupos estrangeiros em realizar aportes diretos na agricultura em geral, e na produção de alimentos em particular, tem sido evidenciada pela compra de amplas porções de terras em países em desenvolvimento por conglomerados da Coreia do Sul e da Arábia Saudita, por exemplo.

Mas a China também está causando celeuma. A própria estatal CNADC já apresentou investimentos em arroz em Guiné, sisal na Tanzânia e ovos em Zâmbia, entre outros projetos acompanhados de instalação de hospitais, escolas e doações aos governos locais. Para analistas, é o novo colonialismo.

O executivo chinês se defende. Para ele, tratam-se de projetos em que os dois lados ganham. Pequim produz no exterior tanto para vender a seu próprio mercado quanto para exportar para destinos como EUA, Europa e Japão. Mas há países na África, como Camarões, que dizem que só dando a terra de graça é que conseguem

atrair investidores estrangeiros. Outros africanos retrucam que dessa maneira não é possível desenvolver a agricultura nos países em desenvolvimento.

"Devemos dar mais importância aos investimentos na agricultura", disse Qingzhi. A China está propondo a criação de um fundo para investimentos internacionais na agricultura, mas ele não deu detalhes.

O Japão, maior importador de alimentos no mundo em termos líquidos, mostrou, também em Genebra, um projeto da Gialinks, uma companhia privada com 478 investidores que já comprou 1.250 hectares de terras na Argentina para produzir soja e que agora avança no Paraguai e Peru, sempre com agricultores de origem japonesa e a produção destinada ao Japão.

O representante do governo japonês, Masahiko Suneya, deu como outro exemplo de sucesso a cooperação do Japão no desenvolvimento do Cerrado brasileiro, em um modelo também aplicado na produção de arroz na África.

A FAO, braço da ONU para Agricultura e Alimentação, estima que a produção alimentar precisa crescer 70% em relação ao nível atual para atender à população estimada em quase 10 bilhões de pessoas até 2050. No total, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na agricultura representa apenas 1% do total global, ficando próximo de US\$ 3 bilhões por ano.

Mas, diante do crescente interesse estrangeiro em terras em outras fronteiras, a comunidade internacional discute a criação de um conjunto de regras para "investimento responsável na agricultura". Os critérios incluem estabilidade política, segurança alimentar local e proteção ambiental.

‘Reforma esvaziou pauta do MST’ – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 28/04/2010

O programa de reforma agrária do governo tem sido alvo de ataques tanto do Movimento dos Sem-Terra (MST), que vê lentidão na criação de assentamentos, quanto dos ruralistas, para os quais o governo é leniente com os invasores de terras. Líderes ruralistas também acusam o governo de manter for a da reforma um estoque de terras desapropriadas, por falta de recursos para assentar as famílias.

Em entrevista ao **Estado**, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, atacou os dois lados. Disse que as bandeiras do MST estão esvaziadas e acusou líderes ruralistas de supervalorizarem o debate da reforma, para fugirem de temas como trabalho escravo.

● Como vê a acusação de que o governo estoca terras, por falta de verbas para assentar?

É uma tentativa de confundir tudo. O Incra mantém um fluxo permanente de localização de terras improdutivas e a sua desapropriação, quando consideradas necessárias para a reforma.

Elas não passam, porém, diretamente para as mãos do Incra.

Em quase 95% dos casos enfrentam pendências, ora porque os proprietários

recorrem à Justiça, ora porque órgãos do meio ambiente fazem interpelações.

Há um conjunto de situações que impedem a finalização do processo.

- O MST está terminando mais uma jornada do chamado “abril vermelho”, com pesadas críticas à lentidão da execução da reforma.

O que o senhor acha disso?

No passado, os movimentos envolvidos no “abril vermelho” tinham pautas bem específicas.

Hoje ela é uma pauta genérica, a agilização da reforma. Por que ocorre isso? Porque a reforma agrária andou, causando o esvaziamento da pauta. O atual governo assentou 580 mil famílias em sete anos, destinando 48 milhões de hectares para assentamentos – o que representa 60% de tudo foi feito na história da reforma agrária no País. Com isso caiu o número de acampamentos em beira de estrada, assim como o número de conflitos.

O ambiente mudou.

- Se o cenário é tão positivo, por que as lideranças ruralistas dão sinais de que se sentem mais ameaçadas? Por que intensificam as reações aos atos do MST e as críticas ao governo?

Essa reação é ideológica. O setor supervaloriza o tema da reforma agrária para desviar o foco do debate de temas como trabalho escravo, desmatamento ilegal, envenenamento das lavouras e das águas. A CNA também teme a questão da produtividade das terras. Ao ver que a reforma agrária acontece e avança sobre o latifúndio, teme que terras improdutivas sejam desapropriadas. Reage como um órgão de classe.

- Pelo que o senhor disse há pouco, o principal gargalo da reforma está no Judiciário, onde desembocam os processos de desapropriação de terras. O senhor acha que essa situação tende a permanecer?

Não. O quadro está mudando.

Vamos ser justos com o ministro Gilmar Mendes, que, na presidência do STF, fez um grande esforço para que se dê mais agilidade aos processos. Com seu apoio foram realizados fóruns de debates e mutirões na Região Norte para destravar o andamento dos processos.

Hoje existe uma sensibilidade mais acentuada para evitar conflitos fundiários, ao mesmo tempo que se observa um acompanhamento mais eficaz das situações de tensão.

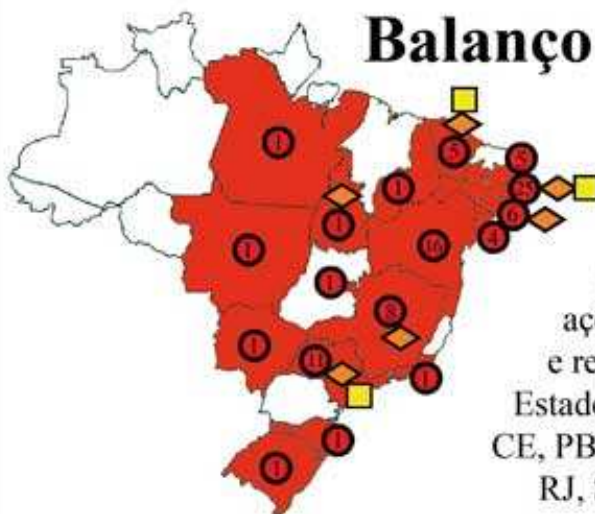
- O senhor ressalta números da reforma do atual governo, mas há quem afirme que ficou muito aquém daquilo que se prometia.

Respeito quem tinha expectativa maior. Mas reivindico uma análise equilibrada. Não se pode dizer que fizemos pouco. Afinal, 580 mil famílias não é pouco em nenhum lugar do mundo.

Prejuízo gerado pelas invasões do abril vermelho é estimado em R\$ 222 milhões – CNA – 29/04/2010

Brasília – Um total de 89 invasões de propriedades foram promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra desde o início deste mês, conforme apuração do “Observatório das Inseguranças Jurídicas” da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Essa situação coloca em risco a geração de riquezas, empregos e arrecadação de tributos. A perda no faturamento bruto da agropecuária já é

estimada em R\$ 222 milhões, caso mantidas as invasões do “abril vermelho”, indica a nova edição do boletim “Vamos tirar o Brasil do vermelho – Invasão é Crime”, divulgado nesta quinta-feira (29/04). O cálculo leva em consideração o critério do Valor Bruto da Produção (VBP) da produção rural e projeta prejuízo porque terras produtivas ficam impedidas de produzir alimentos. As invasões do MST também podem provocar uma perda de R\$ 32,2 milhões no recolhimento de tributos estaduais e federais e colocam em risco 1.128 postos de trabalho. Confira, abaixo, a edição com os números atualizados do boletim “Vamos Tirar o Brasil do Vermelho – Invasão é Crime”, uma campanha da CNA em defesa da segurança jurídica e da paz no campo.



Balanço - 29 de abril de 2010

Número de invasões, quantidade de pedidos de reintegração de posse e de ações com liminares deferidas e reintegrações executadas nos Estados monitorados: PA, TO, PI, CE, PB, PE, AL, SE, BA, DF, MG, RJ, SP, MS, MT, SC E RS.

INVASÕES	
PA	1
TO	1
PI	1
CE	5
PB	5
PE	25
AL	6
SE	4
BA	16
DF	1
MG	8
RJ	1
SP	11
MS	1
MT	1
SC	1
RS	1
TOTAL	89

IMPACTOS DO ABRIL VERMELHO			
Estado	Perda no faturamento bruto (R\$ mil)	Perda de tributos na cadeia (R\$ mil)	Empregos em risco
CE	9.035,3	1.310,1	88
PB	5.961,9	864,5	52
PE	34.663,2	5.026,2	268
AL	7.235,3	1.049,1	45
SE	411,8	59,7	4
BA	91.335,3	13.243,6	415
MG	33.279,5	4.825,5	117
SP	26.976,0	3.911,5	90
SC	2.371,0	343,8	7
RS	2.247,1	325,8	9
MS	9.208,1	1.335,2	33
TOTAL	222.724,6	32.295,1	1.128

Nota: para os cálculos das simulações, considerou-se que o total da área invadida estaria ocupado com a produção de grãos.

 PEDIDOS DE REINTEGRAÇÃO
12

 LIMINARES DEFERIDAS
6

 LIMINARES CUMPRIDAS
0

Audiência pública debate Crédito Fundiário e Banco da Terra – Contag - 30/04/2010

A reestruturação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e questões relacionadas ao Banco da Terra (BT) serão temas da audiência pública que acontecerá nesta segunda-feira (dia 03) na Assembleia Legislativa do Paraná, às 09h. O propósito da audiência será discutir os problemas enfrentados pelos beneficiários do PNCF e do BT e também por famílias assentadas pela reforma agrária no Estado.

A audiência é uma proposição do deputado federal, Assis do Couto (PT/PR), em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e o deputado estadual, Elton Welter (PT). Deverão estar presentes dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e representantes da Emater, dos governos federal e estadual e dos agricultores beneficiários dos programas. Segundo o diretor de Políticas Agrárias da Fetaep, Marcos Brambilla, no Paraná já foram assentados cerca de 4,2 mil famílias do meio rural através dos dois programas. "No entanto, centenas delas estão com problemas de viabilidade econômica", comenta.

Reuniões preparatórias - Nos dias 06, 07 e 08 de abril foram realizados seminários regionais em Ibaiti (Norte), Maringá (Noroeste) e Cascavel (Oeste). Cerca de 300 trabalhadores rurais participaram dos eventos cujo objetivo foi ouvir e levantar as principais demandas dos trabalhadores diretamente interessados, os assentados rurais. Entre os principais problemas apresentados pelos trabalhadores durante os seminários estão: a demora para a liberação do crédito; juros altos; assistência técnica precária; e pouco prazo para o pagamento, "tendo em vista que dois anos é um período muito curto e em alguns casos a plantação ainda nem foi colhida", comenta o diretor da Fetaep.

Crédito Fundiário - O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através Secretaria de Reordenamento Agrário, para substituir o Banco da Terra, desenvolvido desde 1999. Através do Crédito Fundiário, trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra podem comprar um imóvel rural por meio de um financiamento, assim como investir em infraestrutura para a produção e assistência técnica e extensão rural, construção de moradia, preparo de solo, compra de implementos, entre outros. Os financiamentos podem ser individuais ou coletivos.

São beneficiários do programa agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio de até R\$ 30 mil e trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores rurais e proprietários de minifúndios com renda familiar anual de até R\$ 9 mil e patrimônio de até R\$ 15 mil. Os agentes financeiros são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que aderiu ao programa no início de 2010.

Em feira agrícola, Dilma e Serra atacam invasões – Tatiana Farah – O Globo – O País – 30/04/2010

Pré-candidatos agradam a produtores rurais ao defender mais incentivos para o setor e se distanciar dos sem-terra

RIBEIRÃO PRETO. Pré-candidatos ao Planalto, a petista Dilma Rousseff e o tucano José Serra aproximaram seus discursos para agradar aos produtores agrícolas na

feira de equipamentos e máquinas Agrishow, em Ribeirão Preto. Além de defender maiores incentivos para o setor, eles criticaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e foram aplaudidos pelos produtores rurais.

Serra fez as críticas mais pesadas, na mesma linha que tem defendido desde a semana passada, quando afirmou a um programa de TV que os sem-terra “usam a reforma agrária como pretexto” para fazer um movimento político e que não devem ser financiados pelo governo: — Movimento social é uma coisa, movimento político é outra.

O movimento no campo hoje, com invasões programadas, protestos etc, etc não é social, é político.

Não se trata apenas de fazer cumprir ordem judicial, é corretíssimo, mas de não alimentar a máquina política com dinheiro público — disse Serra.

Dilma fez questão de se distanciar dos sem-terra, repetindo o bordão de que “movimento é movimento, governo é governo”.

Embora não tenha citado a sigla MST, se disse contra as invasões de terra: — Não vou compactuar com qualquer atividade ilegal. A ilegalidade não pode ser premiada — disse ela, respondendo a uma pergunta sobre a estimativa da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) de que o Abril Vermelho, do MST, teria causado prejuízo de R\$ 9 bilhões aos produtores do MT, BA, MA e PA.

A petista, que visitou a feira de manhã, subiu em trator para fazer fotos e usou um chapéu.

Serra, que chegou a Ribeirão no final da tarde, usou do mesmo expediente, trator e chapéu, mas fez em vários momentos o “V” de vitória, com as mãos, acenando para os produtores rurais reunidos na mostra.

A prefeita da cidade, Darcy Vera (DEM), teve de se desdobrar em passear com os dois pré-candidatos, mas parecia satisfeita com a visibilidade que o evento ganhou. Dilma defendeu a reforma tributária e o crédito rural. Serra falou da reforma e defendeu o seguro rural como importante para o desenvolvimento do agronegócio.

Serra, acompanhado do exgovernador Geraldo Alckmin, que concorrerá ao governo, foi recebido por prefeitos do partido.

Dilma, acompanhada dos pré-candidatos paulistas a governador, Aloizio Mercadante, e ao Senado, Marta Suplicy, foi recebida pelo ministro da Agricultura, Wagner Rossi (PMDB), que é de Ribeirão Preto, e almoçou com lideranças locais de PT e PMDB. O ex-ministro da Fazenda e ex-prefeito de Ribeirão Antonio Palocci, que deve ser um dos coordenadores da campanha, acompanhou Dilma.

Empresários do agronegócio pedem mais punição contra invasores de terra – O Globo – O País – 30/04/2010

Na Agrishow, em SP, representantes do setor criticam 'gastança pública SÃO PAULO. Empresários presentes à Agrishow de Ribeirão Preto pediram aos presidentes Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) que adotem posição dura contra invasores de terra e decretem o fim da “gastança pública”.

—Todos querem crescer, mas precisamos brigar com a taxa de juros que sobe inesperadamente para bancar a gastança pública do governo. Esperamos que nos ouçam e se preocupem em transformar o país em nação — disse Rubens Dias de Moraes, presidente da Jumil, empresa de máquinas agrícolas de Batatais.

O setor, segundo ele, quer que o novo governo seja duro contra invasores de terra.

— Não queremos incertezas, queremos uma posição contra a invasão de terras, que não pode ser aceita como natural. Queremos que o novo presidente separe a ideologia da ação.

Para Moraes, o agronegócio precisa de política agrícola e não de planos anuais. De acordo com os empresários do setor, os políticos usam a Agrishow como palco.

— Aqui eles são bem acolhidos e escutam nossas reivindicações, que são poucas. Quem sabe eles, sentindo o cheiro da terra, fiquem sensibilizados.

Joaquim Augusto Azevedo, presidente do Sindicato Rural e da Associação Rural de Ribeirão Preto, quer que os sem-terra sejam responsabilizados criminalmente pelas invasões de terras: — Estes grupelhos precisam de punição. São criminosos que se dizem trabalhadores. A invasão de terra tem que ser criminalizada.

Só um governo irresponsável apoia esses grupos.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho, e diretores da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos defendem que o ministro da Agricultura seja técnico.

— Precisamos de alguém do setor na agricultura, que ouça nossos projetos para o setor.

Precisamos de mudanças.

Serra e Dilma atacam invasões de terra – Fabiana Batista – Valor Econômico – Brasil – 30/04/2010

Para uma plateia de lideranças rurais e industriais do agronegócio, os candidatos à presidência Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) fizeram ontem duras críticas às invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Ambos estiveram ontem na maior feira de máquinas e implementos agrícolas do país, a Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), e como esperado, se posicionaram contra as invasões de propriedades rurais. A feira reuniu na quinta-feira o maior público desde o início do evento, na última segunda, e atraiu produtores rurais, principalmente das regiões Sudeste e Centro-Oeste do país.

Dilma afirmou que é inteiramente contrária às ações de tomada de prédios públicos ou invasão de terras, e defendeu o diálogo com os sem-terra. "Governo é governo, movimentos sociais são movimento sociais. A relação tem que ser o diálogo", disse a candidata petista. Ela, no entanto, afirmou que também é contrária à violência. "Não acho que a ilegalidade deve ser premiada. Mas não concordo com violência contra os movimentos sociais", afirmou.

Serra foi mais duro em seu discurso, acusando alguns movimentos políticos de se mascararem por trás de movimentos sociais. "Movimento social é uma coisa, movimento político é outra. O movimento de invasão não é social, é político". O tucano afirmou que seu governo não "alimentará essa máquina política com dinheiro público. "Vamos resolver isso", avisou.

As declarações foram feitas no contexto de repercussão de invasões do MST no chamado "Abril Vermelho" e de divulgação de levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de que o setor rural poderá perder R\$ 187 milhões de faturamento bruto somente por causa das ocupações de terra ocorridas neste mês, lideradas pelo MST.

Mais à vontade em seu ninho político, Serra veio à Agrishow acompanhado de Geraldo Alckmin, entre outras lideranças tucanas, e do atual secretário de Agricultura de São Paulo, o produtor rural João Sampaio, que exerce um importante papel na aproximação da agricultura paulista com o candidato Serra.

Apesar da unicidade nos discursos dos presidenciáveis ontem na feira, o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, vai marcar uma reunião com a candidata Dilma para maio. "Estamos alinhados com o que o Serra pensa sobre as grandes questões da agricultura, pois vimos seu posicionamento durante o governo aqui em São Paulo. Mas queremos saber mais claramente o que pensa a candidata Dilma", afirmou.

O ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que acompanhou Dilma na visita em Ribeirão Preto, deve intermediar o encontro, segundo Ramalho. Além da antiga questão sobre legislação ambiental, a SRB deve levar à conversa com a candidata petista mais uma vez a discussão da redução da carga tributária sobre o setor. "Aqui em São Paulo, o Serra ampliou a fiscalização sobre o recolhimento dos tributos e conseguiu reduzir impostos. O governo federal precisa ser mais racional e econômico", disse Ramalho.